

Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)



**Alessandra Gasparotto
Fabricio Teló
(Organizadores)**

**Histórias de lutas
pela terra no Brasil
(1960-1980)**

2ª edição
E-book



São Leopoldo
2021

© Dos autores – 2021

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Alessandro Barcelos Flores

Ilustrações: Alessandro Barcelos Flores

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ
e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Obra de autoria coletiva, elaborada por:

Alessandra Gasparotto

Amanda Gabriela Rocha Oliveira

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Barbara De La Rosa Elia

Clifford A. Welch

Darlan de Farias Rodrigues

Eduardo Araújo

Fabricio Teló

Givânia Maria da Silva

Juliana Amoretti

Juliane Soares Ribeiro

Leonilde Servolo de Medeiros

Natiele Gonçalves Mesquita

Pablo Francisco de Andrade Porfirio

Regina Coelly Fernandes Saraiva

Sérgio Sauer

Tiago Perinazzo Cassol

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Projeto financiado com recurso da CAPES, por meio do Edital “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”.

H673 Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980). [2. ed.; E-book] / Organizadores: Alessandra Gasparotto e Fabricio Teló. – São Leopoldo: Oikos, 2021. 56 p.; il.; color.; 16 x 23 cm. ISBN 978-65-86578-74-4
1. Conflito no campo. 2. Trabalhador rural. 3. Liga camponesa. 4. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 5. Povo Indígena – Luta. 6. Quilombolas. I. Gasparotto, Alessandra. II. Teló, Fabricio.

CDU 316.48

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Às educadoras e aos educadores	4
Capítulo 1. As lutas pela terra no Brasil	6
Capítulo 2. Viver no Brasil no início dos anos 1960: lutas sociais e conflitos no campo	11
Capítulo 3. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)	15
Capítulo 4. As Ligas Camponesas	17
Capítulo 5. No tempo em que “acampamentos abalaram a estância”: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul (1960-1964)	24
Capítulo 6. A Falerj e as lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro	31
Capítulo 7. “Esta terra tem dono”: a luta dos povos indígenas durante a ditadura	35
Capítulo 8. Quilombos? Quilombolas? O que são e quem são?	40
Capítulo 9. A repressão no campo durante a ditadura e a transição à democracia	45
Sugestões de materiais para a sala de aula	50
Referências	54

Às educadoras e aos educadores

*Histórias importam. Muitas histórias importam.
Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno.
Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar.
Histórias podem destruir a dignidade de um povo,
mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.*
(Chimamanda Ngozi Adichie, *Os perigos de uma história única*)

Este livro paradigmático apresenta um panorama acerca das disputas pela terra no Brasil nas últimas décadas e as experiências de resistência das populações do campo, que muitas vezes são esquecidas e estão ausentes nas salas de aula da Educação Básica. Ele é constituído de histórias que tratam de lutas e esperanças, contam sobre medo e violência e, sobretudo, desvelam as nuances dos conflitos no campo que marcaram nosso passado recente, especialmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Nosso desejo ao produzi-lo é que, a partir das histórias e memórias aqui compartilhadas, essa temática possa ser ensinada nas escolas com toda a sua diversidade e complexidade. Por isso convidamos vocês a percorrer estas páginas junto com seus estudantes e suas estudantes.

Os textos que compõem o livro são produto do projeto de pesquisa “Mobilizações e movimentos agrários, repressão e resistência do pré-64 à ditadura civil-militar: as trajetórias do Master no RS e das Ligas Camponesas em PE”, financiado pela CAPES por meio do edital *Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais* e coordenado pelo professor Sérgio Sauer (UNB) entre 2017 e 2019. Mas os caminhos que nos trouxeram até aqui são fruto de um longo processo de luta pela valorização da memória das pessoas que deram sua vida para se empenhar na demanda coletiva pelo direito à terra.

Embora essa luta por memória seja de longa data, ela ganhou outros sentidos a partir de 2011 com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, no ano seguinte, da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). A CCV foi formada por intelectuais e lideranças de movimentos sociais com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos no campo ao longo do período ditatorial e assim subsidiar os trabalhos da CNV.

As investigações desenvolvidas nos últimos anos permitiram conhecer de forma mais profunda essas violações. Embora ainda haja muitas lacunas, é possível identificar com mais precisão os desdobramentos da chamada “modernização conservadora da agricultura”, as relações de poder e as práticas de

repressão da ditadura, bem como as diversas formas pelas quais as populações do campo resistiram.

Este livro traduz-se em um esforço para tornar essas investigações e descobertas acessíveis a estudantes da Educação Básica. Ele está organizado em capítulos, que podem ser trabalhados de forma individual ou lidos em conjunto. Ao longo dos capítulos são apresentadas sugestões de pesquisas para os e as estudantes, fontes históricas, imagens e propostas de atividades. No final, há uma seção específica direcionada a professoras e professores, em que são indicadas sugestões de materiais e fontes documentais que permitem qualificar a abordagem do tema em sala de aula. Embora seu conteúdo esteja diretamente relacionado à área de Ciências Humanas, nossa expectativa é que ele possa ser utilizado por educadores e educadoras de diferentes áreas do conhecimento.

Dessa forma, esperamos que o livro possa contribuir para a construção de uma pedagogia da memória e para tornar a escola um espaço potente de discussão acerca da questão agrária, um dos principais fatores da desigualdade social e da violência que marcam a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

As lutas pela terra no Brasil

No Brasil existe uma grande concentração da propriedade da terra. Isso gera pobreza, desigualdade e violência contra as **comunidades tradicionais** e

trabalhadoras e trabalhadores rurais. A relação entre concentração, desigualdade e violência está no centro do que chamamos de **questão agrária brasileira**.

Comunidades Tradicionais: Grupos que possuem modos de vida específicos relacionados a determinados territórios e também a conhecimentos e práticas culturais geradas e transmitidas pela tradição, tais como quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, comunidades de fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, pantaneiros, entre outros.

Expropriação: Retirar ou excluir alguém de uma propriedade. Apropriação de bens ou propriedades que não lhe pertencem. Despojar, privar.

Esse conceito, denominado questão agrária, sintetiza um conjunto de problemas sociais, econômicos e ambientais relacionados à posse, ao domínio e à concentração da propriedade da terra. Isso significa que poucas pessoas, os mais ricos, são donos de muitos hectares de terra. Enquanto isso, trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos e comunidades tradicionais, têm dificuldade para adquirir terras e permanecer no campo.

A concentração da terra e os consequentes privilégio e poder político de poucos estão na **raiz dos conflitos** no campo brasileiro. A resistência da população a esse processo de concentração, expropriação e exclusão vem **desde os tempos coloniais, mantendo-se até os dias atuais**.

Como a concentração de terras começou?

A **concentração da terra** e o atual modelo de produção agropecuária, hoje conhecido como **agronegócio**, são resultados de um longo processo histórico de expropriação e concentração das riquezas no país. Teve início com as famosas **Capitanias Hereditárias**, mas especialmente com a apropriação de terras no regime de **Sesmarias**. Esse regime permitia à Coroa portuguesa ceder terras a seus apadrinhados nas colônias com a única exigência que elas se tornassem produtivas. Tal objetivo não foi alcançado na maioria dos casos, mas possibilitou a apropriação de grandes áreas, formando a base do sistema de **latifúndio**. Grande parte destes latifúndios eram improdutivos.

Durante o período imperial (1822-1889), o governo estabeleceu os chamados aldeamentos, uma estratégia para agrupar os povos indígenas em áreas específicas, de modo a facilitar a apropriação de seus territórios.

Esse sistema sesmarial foi extinto em 1822 e substituído por uma lei que estabeleceu a compra como única forma de acesso a terras públicas. A criação da **Lei de Terras** em 1850 consolidou o regime de propriedade altamente concentrado. Essa lei impediu o acesso à terra daqueles e daquelas que não podiam comprar, forçando as pessoas pobres livres, inclusive imigrantes europeus e escravizados libertos em 1888, a trabalhar para os grandes proprietários, especialmente nas lavouras de café e cana.

A Proclamação da República em 1889, além de não alterar a concentração das terras, fortaleceu-a. Consequentemente, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados por conflitos por terra. A não realização da **reforma agrária** durante as décadas de 1930 e 1940 aumentou ainda mais a tensão no campo, fazendo emergir as **Ligas Camponesas** e outros movimentos sociais.

As primeiras Ligas organizaram-se no Nordeste para reivindicar direitos trabalhistas nas lavouras de cana, progredindo para lutas por terra e reivindicação de reforma agrária.

As organizações do campo reuniam muitos trabalhadores e trabalhadoras, levantando bandeiras de justiça social. Ao mesmo tempo, o período que antecede o golpe civil-militar de 1964 também ficou marcado pelo brutal ataque às organizações camponesas e suas lideranças com inúmeros registros de perseguições e assassinatos.

A questão agrária na década de 1960

No governo do presidente João Goulart foi aprovado, em 1963, o **Estatuto do Trabalhador Rural**, regulando as relações de trabalho no campo. Em 13 de março de 1964, Jango, como era conhecido, assinou um decreto prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas na faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias, açudes construídos, em construção ou planejados pela União.

Latifúndio improdutivo:

Grandes extensões de terra que não cumprem com sua função social, ou seja, são exploradas de maneira considerada ineficiente ou mesmo não são exploradas, visando apenas à especulação.

Reforma Agrária: É o conjunto de medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando as formas de uso e propriedade. Ela se baseia na distribuição de terras para trabalhadores e trabalhadoras rurais que necessitam dela para viver.

Mas o **golpe civil-militar de 1964** retirou Goulart da presidência, eliminando suas promessas de reforma agrária. Os **governos ditatoriais perseguiram, prenderam e assassinaram lideranças** e reprimiram os movimentos do campo na tentativa de administrar o enorme conflito social resultante da desigualdade no campo. Durante os 21 anos de regime ditatorial, **mais de mil trabalhadores rurais foram assassinados** em vários conflitos por terra em uma luta sangrenta contra a grilagem de terras e despejos violentos.

Você já deve ter ouvido falar em ditadura. Mas já se imaginou vivendo em uma ditadura? Sabia que entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu sob um regime ditatorial?

Para aprender mais sobre essa história, você pode acessar a página *Memórias da Ditadura* e ler este texto: <<http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>>.

Nesse *link* também há uma Linha do Tempo com os principais acontecimentos que marcaram aquele período: <<http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/>>.

Por outro lado, os governos ditatoriais incentivaram a modernização da agricultura. A aposta na implementação da **Revolução Verde** tinha como

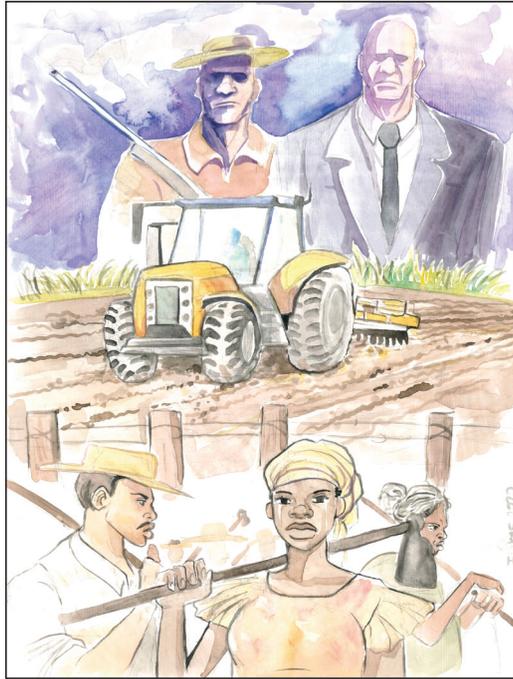
Revolução Verde: Ciclo de inovações técnicas na agricultura, iniciado no fim da década de 1940. Embora propusesse acabar com a fome no mundo, acabou gerando um aumento na utilização de venenos na produção de alimentos (agrotóxicos), concentração da propriedade e expulsão de milhares de camponeses e camponesas de suas terras. A Revolução Verde também tornou a maioria dos agricultores e agricultoras dependente das grandes corporações que vendem insumos e sementes.

Fronteira Agrícola: É um termo que indica o avanço da produção agropecuária em direção a áreas pouco exploradas pela agricultura e pela pecuária. Geralmente, esse avanço ocorre em regiões pouco povoadas e com grandes reservas florestais.

projeto a modernização da agropecuária, o aumento da produção e da produtividade. Porém esse processo transformou o modo de produzir no campo, fazendo com que a agricultura dependesse de **insumos químicos** (fertilizantes, agrotóxicos, modificação de sementes).

Esse modelo de produção fez com que muitos camponeses e camponesas perdessem suas terras e se tornassem trabalhadoras e trabalhadores assalariados no campo ou migrassem para a cidade. Como resultado, aumentou a concentração da propriedade da terra, ampliando velhos conflitos no campo e gerando novos.

Junto com a modernização, o governo ditatorial incentivou a expansão da **fronteira agrícola** para o Centro-Oeste e a Amazônia, especialmente por meio da concessão de grandes áreas e dos projetos de colonização, nos quais o principal beneficiado foi o grande empresariado rural.



Fonte: Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.

O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção a essas regiões. A **grilagem** e o avanço sobre terras de populações tradicionais, de um lado, e a falta de políticas de assistência, de outro, fizeram surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência contra trabalhadoras e trabalhadores no campo.

Grilagem: É a apropriação ilegal de alguma propriedade por meio de documentos falsos. A origem do termo vem da prática antiga de colocar papéis em caixas com grilos a fim de dar-lhes uma aparência de documento envelhecido. Tal efeito é provocado pelas fezes desses insetos. Visava, com isso, fazer com que as pessoas acreditassem que tais documentos eram verdadeiros. Hoje, o termo é usado para se referir à apropriação ilegal de terras, mesmo que registradas em cartório.

Conflitos e mobilizações no campo

Os conflitos levaram a Igreja Católica e outras organizações sociais a prestar atenção na realidade violenta e na precariedade das condições de vida dos povos do campo. Em 1974, a ala progressista da Igreja fundou o **Conselho**

Indigenista Missionário (CIMI), que passou a atuar na defesa dos povos indígenas. Em 1975, criou a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, que desempenhou papel importante no apoio aos povos do campo, denunciando a violência e lutando contra as injustiças, especialmente na região amazônica.

No final dos anos 1970, já em um processo de redemocratização, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra do sul do Brasil organizaram-se recuperando a tradição camponesa de **ocupação** como método de luta e iniciaram um novo ciclo de mobilizações em prol da reforma agrária. O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** foi fundado no ano de 1984, marcando um novo rumo às disputas pela posse da terra.

Além do MST, há dezenas de movimentos de luta pela terra e entidades que os apoiam no Brasil, como a **Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG)**, a **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)**, a CPT e o CIMI. Além de expressão real da resistência, esses movimentos e entidades produzem uma constante atualização das demandas por terra, por direitos territoriais e por condições dignas de vida e trabalho no campo brasileiro.

A luta pela terra não está limitada ao problema da concentração fundiária. Ela demanda um novo modelo de desenvolvimento nacional, que democratize os meios de produção. Essa luta inclui também a busca permanente por justiça social e igualdade de direitos, a prática de valores humanistas e socialistas, a participação igualitária das mulheres, a preservação e recuperação dos recursos naturais, a interiorização do desenvolvimento e a valorização da juventude do campo.

A luta é por **empregos, saúde, educação, direitos**, criando dignidade no campo, mudando a economia, reorganizando a produção e as relações de poder. O direito à terra e ao território representa a garantia de bem-estar social e a melhoria das condições de vida. O acesso a esses direitos tornaria possível a produção de alimentos saudáveis e a preços acessíveis, respeitando as culturas das populações do campo e garantindo a **sobrerania alimentar** para toda a população brasileira.

Soberania Alimentar: Trata do direito dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo alimentação de qualidade para toda a população.

CAPÍTULO 2

Viver no Brasil no início dos anos 1960: lutas sociais e conflitos no campo

Você consegue imaginar como era o Brasil em 1960? Conhece alguém que viveu nesse período? No início dos anos 1960, ainda não existia televisão a cores, e havíamos ganhado apenas uma Copa do Mundo. O rádio era então o principal meio de comunicação, e suas ondas conectavam os quatro cantos do país. A população brasileira somava cerca de 70 milhões de pessoas, e a maior parte dela vivia no campo: aproximadamente 38 milhões residiam no meio rural, enquanto que em torno de 32 milhões nos centros urbanos.

Para parcelas da população que viviam no interior e trabalhavam na lavoura ou na pecuária, aqueles eram tempos difíceis. O território brasileiro era ocupado majoritariamente por **grandes propriedades rurais**, como se mantêm até hoje. O Censo Agrícola realizado pelo IBGE no ano de 1960 apontava que em torno de 6,5% do total de estabelecimentos rurais concentravam quase 45% do total da área mapeada.

Isso significa que a maior parte das terras estava concentrada nas mãos de poucas pessoas. Muito poucas. Mas este não era o único problema. Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais não tinham acesso a uma série de **direitos trabalhistas**, que tinham sido garantidos em lei apenas para os/as trabalhadores/as urbanos a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Assim, as experiências de exploração desses/as trabalhadores e trabalhadoras eram muito comuns.

Você sabia?

A expressão *trabalhadores rurais* começou a ser utilizada a partir dos anos 1950 e 1960 como uma maneira de unificar os diferentes tipos de trabalhadores existentes no campo. Você conhece alguns desses tipos?

Lavradores: é sinônimo de agricultor (quem lava a terra).

Posseiros: são agricultores que ocupam terras devolutas ou abandonadas ou que já detinham a posse e começam a cultivá-las.

Pequenos proprietários: exercem atividade agropecuária em pequenas propriedades, em geral trabalhando com mão de obra familiar.

Sem-terra: são aqueles trabalhadores rurais que não possuem terra e que, em geral, trabalham como mão de obra agrícola para os que possuem.

Entre fins da década de 1950 e início dos anos 1960, muita coisa começou a se transformar. Naquele período, inúmeros movimentos de luta pela terra foram criados ou se fortaleceram. Esses movimentos defendiam a **reforma agrária** e reivindicavam uma série de direitos para as populações do campo. Um dos mais importantes foram as chamadas Ligas Camponesas. Falaremos mais delas logo adiante.

As mobilizações das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, pequenos e pequenas proprietários/as, posseiros e posseiras e sem-terra espalharam-se por diversas regiões, e os conflitos no campo aumentaram sensivelmente. Várias entidades, sindicatos e associações que representavam esses homens e essas mulheres trabalhadoras foram fundados, e o tema da reforma agrária ganhou as ruas. Diferentes setores sociais passaram a defendê-la por compreender que a intensa concentração de terras era prejudicial ao desenvolvimento do país.

Essas transformações no campo ocorreram em um momento em que o Brasil atravessava um momento muito difícil. Em 1961, a **renúncia do então presidente Jânio Quadros** foi o estopim de uma grave crise política. O vice-presidente eleito, **João Goulart** (Jango), foi impedido de tomar posse pelos ministros militares.

Um amplo movimento de resistência formou-se em várias regiões do país, especialmente no Rio Grande do Sul, sob a liderança do então governador Leonel Brizola. Esse movimento, que ficou conhecido como **Campanha da Legalidade**, garantiu a posse de Jango. Para resolver a crise, foi realizado um acordo que estabeleceu o regime parlamentarista no Brasil. Assim, o presidente assumiu o cargo com seus poderes reduzidos. No início de 1963, um plebiscito levou ao retorno do presidencialismo, e João Goulart retomou suas prerrogativas presidenciais. A partir daí ele colocou em pauta uma série de reformas, que ficaram conhecidas como **reformas de base**. Essas reformas previam uma série de iniciativas, como as reformas agrária, bancária, fiscal e administrativa.

Em 1962, o presidente criou a SUPRA (Superintendência de Política Agrária), um órgão responsável por desenvolver estudos e projetos de reforma agrária. No ano seguinte, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Você sabe o que significa reforma agrária? Converse com seus colegas e suas colegas sobre o tema. Se tiver acesso à internet, pesquise sobre o significado do termo nestes sites:

<<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-reforma-agraria.htm>>.
<<https://www.dicio.com.br/reforma-agraria/>>.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi instituído pela Lei nº 4.214/1963. Ele garantia uma série de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como salário mínimo, férias remuneradas, jornada de trabalho que não deveria exceder oito horas diárias, sindicalização e a instituição da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício do trabalho rural.

Agora, imagine como era o trabalho no campo antes desses direitos serem garantidos pelo ETR. Quer saber mais?

Assiste este vídeo: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/campones-ganha-protexcao-de-estatuto>>.

E acessa a Lei: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>.

Os movimentos de luta pela terra que se espalharam por todo o país e as ações do governo encontraram muita resistência. Por quê? A organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo ameaçavam os interesses de muitos setores, especialmente de grandes proprietários de terra, que acusavam os movimentos de estar contestando o seu direito de propriedade e de ser **comunistas**. Naquele momento, grandes proprietários organizaram-se em várias associações, patrocinaram campanhas em rádios e jornais e pressionaram parlamentares, buscando assim barrar os projetos de reforma agrária que eram discutidos no Congresso Nacional ou apresentados pelo presidente Goulart.

E esse tal de comunismo, o que é?

Comunismo

É uma visão de mundo que surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. Tem como princípio a crítica à sociedade capitalista, buscando sua superação e transformação. A palavra comunismo vem de comum, que se refere a algo que é de todos e todas; ou seja, as riquezas que as pessoas produzem enquanto coletividade devem pertencer a todas as pessoas.

Anticomunismo

O anticomunismo é um conjunto de discursos e práticas políticas que têm como ponto comum a rejeição do “comunismo”, geralmente associado à defesa do capitalismo. Os anticomunistas caracterizam, de modo geral, como “comunistas” aqueles e aquelas que lutam por transformação social e denunciam as más condições de vida e a perda de direitos sociais.

Que tal aprender mais sobre esse tema e entender por que as disputas entre capitalismo e comunismo sacudiram a América Latina naquele período? Acesse o site *Memórias da Ditadura* e faça a leitura do texto indicado junto com sua turma: <<http://memoriasdaditadura.org.br/capitalismo-ou-comunismo/>>.



Fonte: Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.

O governo passou então a elaborar um decreto de reforma agrária, que foi assinado em um grande comício realizado na Central do Brasil (Rio de Janeiro) no dia 13 de março de 1964. Você já ouviu falar desse comício? Veja algumas cenas desse comício reproduzidas no filme *Jango*, do cineasta Sílvio Tendler, disponível neste endereço: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2014/03/comicio-de-jango-na-central-do-brasil>> e leia o fragmento abaixo:

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de

alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...] Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro [Fonte: Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>].

A partir da leitura desse trecho do discurso, o que é possível compreender sobre o decreto assinado pelo presidente? Como ele descreve a situação dos camponeses e das camponesas no Brasil?

A proposta de reforma agrária anunciada pelo governo não chegou a ser implementada. Dias depois do comício, foi deflagrado um **golpe civil-militar** que depôs o presidente João Goulart e deu início a um longo período de ditadura, que durou 21 anos.

Entre os grupos sociais que articularam e apoiaram o golpe juntamente com setores das Forças Armadas encontravam-se os grandes proprietários e as entidades que os representavam. Com o golpe as lutas pela terra que marcaram o período foram desarticuladas.

Nas próximas páginas, vamos conhecer um pouco mais sobre as histórias e memórias dessas lutas e das diferentes organizações e movimentos que surgiram em várias regiões do Brasil.

Vamos?

CAPÍTULO 3

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)

O QUE É E O QUE FAZ A U.L.T.A.B.



ULTAB quer dizer União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Foi fundada na Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em setembro de 1954.

Trabalhadores da roça vieram de todas as partes do Brasil para tomar parte na Conferência em que foi fundada a ULTAB. Então cada um contou, perante todos, como é a vida do povo da roça.

Nessa reunião, os trabalhadores da roça tiveram a ajuda dos operários da cidade, que são seus irmãos. Os operários contaram como eles lutam unidos e organizados nos sindicatos para conseguir melhorias.

A ULTAB ajuda os lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o Brasil a se organizarem em associações e Sindicatos para conseguir melhorias. A ULTAB luta também pela reforma agrária, que dará ao povo da roça uma vida melhor.

Fonte: *Terra Livre*. O que é e o que faz a ULTAB. (São Paulo) 2ª quinzena de jul., n. 68, 1956, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814261&pesq=&pagfis=125>>.

Leia a notícia acima, que foi publicada em um jornal no ano de 1955. O que é relatado? O que o jornal diz sobre a ULTAB? Quais eram seus objetivos? Você conhece alguma organização semelhante nos dias de hoje?

A ULTAB (**União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil**) foi criada em São Paulo em setembro de 1954 por mais de 300 delegados de nove estados brasileiros que reclamavam do tratamento recebido por trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. A ULTAB estava ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que procurava mobilizar a população camponesa para lutar por terra e direitos. Camponeses são as pessoas que trabalham no campo, homens e mulheres, cultivando a maioria de nossa comida.

O camponês era tratado com polícia, só polícia, falou Nazareno Ciavatta, que ajudou a fundar a ULTAB. Qualquer encrência que tinha na fazenda o fazendeiro entregava para a polícia.

Você sabe por que a bandeira do PCB tem como símbolo a foice e o martelo? Porque o partido busca representar as necessidades de trabalhadores e trabalhadoras do campo (representados pela foice) e de trabalhadores e trabalhadoras da indústria e das cidades, operários e operárias (representados pelo martelo). O PCB administrou a ULTAB até o final de 1963, quando foi reconhecida pelo Governo Federal a **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agri-**

cultura (CONTAG). O presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, foi eleito presidente da CONTAG. Com o apoio do governo a entidade estimulou a organização de sindicatos para defender os direitos do campesinato.

Desde sua fundação, a ULTAB teve duas metas: reforma agrária e direitos trabalhistas. A lei não permitia a organização de sindicatos no campo até 1962, mas a ULTAB estimulou agricultoras e agricultores a formar associações civis para conseguir melhorias, como a regularização das lavouras da agricultura familiar e salários adequados. Juntos, resistiam à repressão de fazendeiros e da polícia e fizeram campanhas a favor da reforma agrária e da sindicalização rural.

Com sua sede em São Paulo, a ULTAB comunicava-se com camponeses e camponesas através de representantes que viajavam até pontos de conflito em diversos estados divulgando o jornal *Terra Livre*, fazendo chegar notícias de cultura, economia, política, esporte, eventos, poesias, charges e outras informações e entretenimento para o público que vivia no meio rural.

Em novembro de 1961, a ULTAB organizou um encontro nacional das diversas organizações camponesas, que ficou conhecido como **Congresso Camponês de Belo Horizonte** e contou com a participação de mais de 1.500 delegados. A ULTAB, que tinha dez vezes mais filiados do que qualquer outra organização camponesa, conseguiu juntar delegados e delegadas de suas associações com representantes das Ligas Camponesas de Francisco Julião, do Master do Rio Grande do Sul e de diversas iniciativas de políticos e padres da Igreja Católica. O evento ganhou tamanha importância, que até o então presidente Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves marcaram presença.

A conquista mais imediata do evento foi o crescimento de ULTAB. Em 1962, ela registrou 500 associações e mais de meio milhão de membros. Seu tamanho ajudou a pressionar pela aprovação do **Estatuto do Trabalhador Rural**, que garantiu uma série de direitos aos trabalhadores rurais, entre eles a sindicalização. A entidade foi extinta com o golpe de 1964, mas a CONTAG continuou a sua luta por reforma agrária e por direitos.

Atividades

Será que a comunidade de seus avós esteve envolvida em conflitos por terra? Vamos pesquisar?

O jornal *Terra Livre* foi criado pelo Partido Comunista Brasileiro e circulou entre 1954 e 1964, divulgando várias reportagens sobre esses conflitos. A maioria das edições desse jornal está disponível na página da Biblioteca Nacional: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/terra-livre/814261>>.

Após conhecer o jornal, consulte algumas edições e verifique se em sua região ou comunidade houve conflitos rurais nos anos 1950 e/ou 1960. Após a consulta, produza junto com seus colegas um mural com dados e imagens sobre tais conflitos.

CAPÍTULO 4

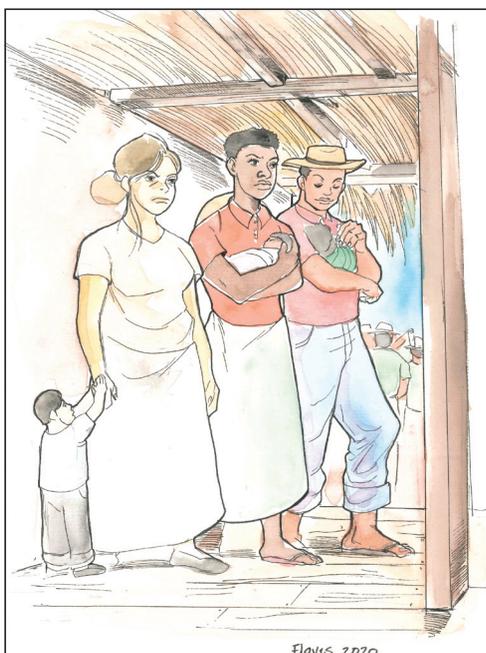
As Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas são um marco na história da luta pela terra no Brasil. Em 1955, homens e mulheres camponeses organizaram-se para reivindicar direitos e fundaram a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão, Pernambuco (PE). A SAPPP atuava contra o aumento do valor do **foro** – que era uma espécie de aluguel pago pelo camponês ao dono do engenho pelo uso da terra. Além disso, a Sociedade Agrícola buscava atender a demandas como o acesso à educação.

Os trabalhadores e as trabalhadoras organizaram-se no meio rural para ter uma escola. Aprenderam a ler, escrever e contar. Essas habilidades possibilitaram-lhes identificar os roubos no **barracão** – local nos engenhos onde o dono da terra vendia comida e utensílios para os moradores. Muitas vezes, eles eram obrigados a comprar no barracão. Quem não soubesse fazer as contas e ler as anotações poderia ser facilmente enganado.

Em janeiro de 1955, o advogado e recém-eleito deputado estadual **Francisco Julião** foi recebido com aplausos e foguetes pelos moradores no Engenho Galileia. Eram camponeses e camponesas celebrando o fato de contar com o apoio de um advogado para defender os interesses da SAPPP. Organizadas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideradas por Julião, essas sociedades agrícolas espalharam-se rapidamente pelos engenhos da Zona da Mata de PE.

Esse movimento foi nomeado pela imprensa conservadora de Ligas Camponesas em referência às organizações de trabalhadores rurais criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década anterior. Essas primeiras Ligas



Fonte: Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.

foram perseguidas e fechadas a partir de 1947, quando o PCB foi colocado na ilegalidade.

Assim, as SAPPs ou Ligas Camponesas, como ficaram mais conhecidas pela população, tiveram intensa atividade política entre os anos de 1955 e 1964.

O Engenho Galileia é de quem nele trabalha

Com o apoio de Francisco Julião, em 1959, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco aprovou a **desapropriação** do Engenho Galileia, que era classificado como engenho de fogo morto, ou seja, um engenho onde não mais se plantava cana-de-açúcar nem se produzia o açúcar. Com a aprovação do projeto de desapropriação o engenho passou a pertencer aos camponeses e às camponesas que viviam no Galileia. Com a novidade o Engenho virou palco de uma grande festa, ocorrida no dia 15 de fevereiro de 1960. Festejaram um novo horizonte de liberdade e de vitória. Eram sentimentos novos vivenciados por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que comemoravam por meio de rezas, procissão, discursos e de um grande baile, animado por pífanos e zabumbas.

Os moradores do Engenho poderiam dividir a terra entre si e deixariam de pagar o foro ao antigo proprietário. Essa conquista fortaleceu politicamente as Ligas Camponesas, que se transformaram em referência de luta pela terra, conhecidas nacional e internacionalmente. De sujeitos invisíveis, os camponeses e as camponesas de Pernambuco passaram a ocupar capas de jornais e revistas, tornando-se importantes atores da cena política no início da década de 1960.

Ao mesmo tempo, a **repressão policial** ao movimento também se intensificou. O deputado e advogado Francisco Julião foi preso em Vitória de Santo Antão na sede das Ligas Camponesas em novembro de 1956. Transportado para o Recife, foi libertado rapidamente por um assessor militar do governador Cordeiro de Faria. A polícia política de Pernambuco tratava de mapear, por meio da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE), a expansão das Ligas Camponesas pelo estado. A sua organização para reivindicar melhores condições de vida, direitos trabalhistas e reforma agrária era geralmente classificada pela imprensa e por representantes da elite do país como um crime, uma desordem, algo perigoso.

Pífano: Também chamado pífaro, é um tipo simples de instrumento de sopro de madeira que se assemelha a uma flauta.

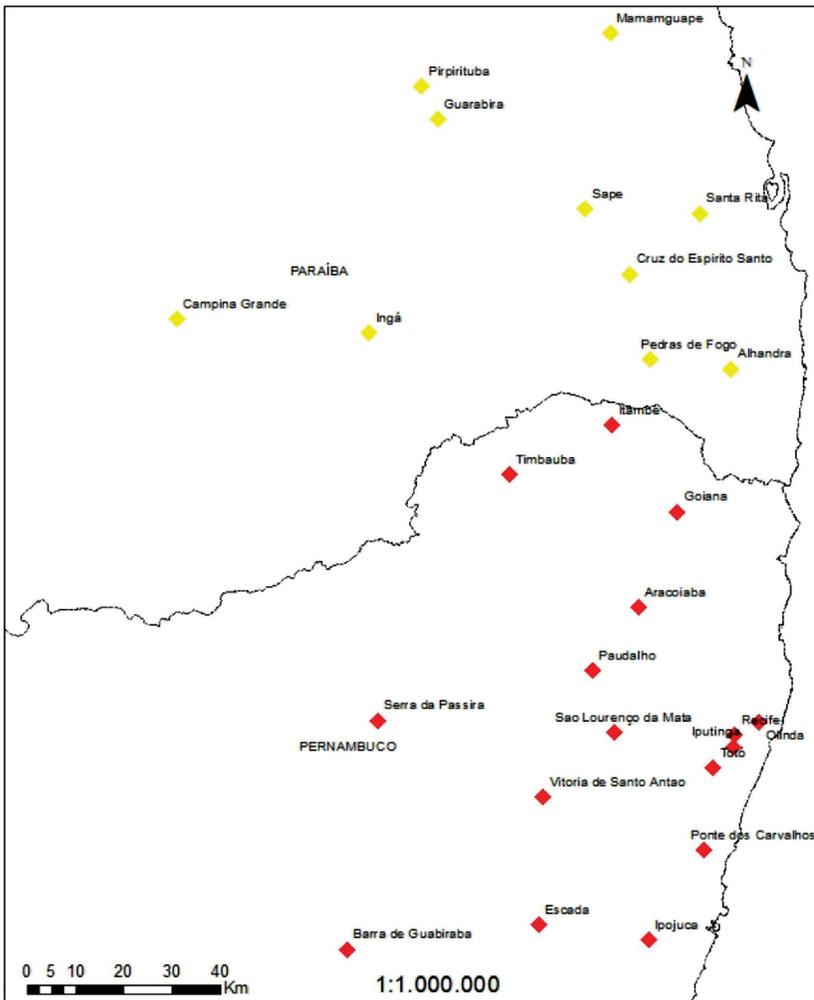
Zabumba: Tambor grande, de sonoridade grave. Sinônimo de bomba (bumbo).

As Ligas Camponesas espalham-se pelo Brasil

Novas Ligas Camponesas foram surgindo para reivindicar o fim da opressão e da miséria no campo. No início dos anos 1960, elas se espalharam por

diversos estados do Brasil, e a luta pela reforma agrária ocupou o debate político do país. Entre 1962 e 1964 houve, em todas as regiões do país mobilizações para a criação de Ligas Camponesas, agregando trabalhadores rurais pela justa luta por terra e outras causas associadas a essa pauta. Lutavam pelo direito a uma alimentação adequada, postos de saúde, direitos trabalhistas, construção de casas populares, desapropriações, fim da grilagem de terras e de contratos abusivos de trabalho, expulsões da terra, construção de escolas e denunciavam a violência no campo. Naquele período, as Ligas que foram se organizando contavam com o apoio de estudantes, políticos, lideranças camponesas, professores, médicos e advogados.

Ligas Camponesas Pernambuco e Paraíba



A expansão nacional das Ligas Camponesas revelou a força da luta protagonizada por esse movimento camponês. Um jornal de época, *A Liga*, circulou intensamente e serviu para divulgar o intenso debate da reforma agrária. O periódico registrava cartas de apoio às Ligas, denúncias da condição dos trabalhadores rurais, poesias, tradições da vida rural e como o movimento foi se organizando em diversas localidades espalhadas pelo Brasil.

O jornal *A Liga* tinha circulação nacional e foi criado em 1962 por Francisco Julião. *A Liga* era parte da imprensa de resistência dos/as trabalhadores/as rurais e circulou entre os anos de 1962 e 1964. No acervo digital do *Armazém Memória* <www.armazemmemoria.com.br> é possível acessar vasta documentação digital sobre movimentos e lutas sociais no campo.

À medida que o movimento se expandia, a repressão e a violência no campo também cresciam. As situações eram tão brutais, que, em 1961, criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI das Ligas Camponesas, para apurar violações ocorridas no campo. O relatório final da CPI propôs a criação de um projeto de lei de reforma agrária como resposta às situações de terror que acometiam o campo. Entretanto propostas de mudanças estruturais, como a reforma agrária, tinham muita resistência entre grupos políticos e sociais conservadores.

Em 1962, um fato marcou a história desse importante movimento social organizado pelos camponeses e camponesas: o assassinato do líder das Ligas Camponesas da Paraíba, **João Pedro Teixeira**. Vítima de uma tocaia, ele foi morto pelas costas por três homens armados de fuzil. Sua morte atingiu toda a família Teixeira. **Elizabeth**, sua mulher e companheira, decidiu assumir a luta pelo direito à terra. Marluce Teixeira, filha mais velha do casal, temendo que o destino da mãe fosse o mesmo de seu pai, suicidou-se; ela tinha 16 anos. Em retaliação à luta política de Elizabeth, outro filho sofreu uma tentativa de assassinato, mas sobreviveu. Esse é um caso emblemático entre tantos outros que marcaram a história das Ligas Camponesas de como a violência era (e ainda é) a resposta dada às reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras do campo.



Homenagem a Elizabeth Teixeira, que completou 95 anos em 2020. Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.



Manifestação das Ligas Camponesas, no início dos anos 1960. Cortesia Acervo Iconographia.

Ações das Ligas

As Ligas Camponesas realizaram diversas ações com o objetivo de reivindicar e conquistar direitos sociais. Organizaram congressos para discutir formas de solucionar a pobreza em que vivia a maior parte dessas pessoas. Promoveram também comícios e marchas pelas ruas de diversas cidades com o objetivo de tornar visível para toda a sociedade as precárias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como suas reivindicações.

Em 1963, junto com diversos sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco, participaram da organização de uma greve geral dos canavieiros. A greve mobilizou centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras e parou as atividades de engenhos e de usinas da Zona da Mata de Pernambuco.

Em novembro de 1963, o movimento foi encerrado com a conquista do reajuste de 80% nos salários e a definição do **Acordo do Campo**. Esse documento definia as tarefas que deveriam ser realizadas pelos trabalhadores, como o corte da cana e a limpeza do terreno, bem como quanto deveriam receber por tarefa.

Para se mobilizarem e organizarem suas ações, integrantes das Ligas Camponesas realizavam reuniões rápidas e nômades entre engenhos e matas, formando uma rede de compartilhamento de informações sobre as possibilidades de agir para a conquista de direitos pelos trabalhadores e trabalhadoras. O caráter migrante e ágil dificultava a repressão dos latifundiários, o que promovia um

sentimento de perda do controle social e político há muito exercido por eles sobre os trabalhadores e trabalhadoras da cana-de açúcar.

Repressão e violência contra as Ligas

Os proprietários dos engenhos e usinas sempre contaram com o apoio de setores da polícia estadual para reprimir ações conjuntas dos trabalhadores e trabalhadoras e barrar o avanço de suas reivindicações por direitos. Houve diversas situações de violência contra esses trabalhadores por reivindicar o pagamento de seus salários, o cumprimento dos seus direitos ou o respeito às suas vidas e de seus familiares.

No ano de 1963, a violência e a repressão no campo em Pernambuco ganharam contornos alarmantes, registrando **chacinas e massacres** de trabalhadores/as que apoiavam as Ligas Camponesas ou que atuavam no movimento sindical rural também em construção: o massacre na Usina Estreliana (na cidade de Ribeirão) e a chacina no Engenho Oriente (em Itambé) são casos de assassinatos que marcaram a história do campo brasileiro. Em nome da “paz agrária”, **milícias rurais** impunham o terror no campo, silenciando movimentos camponeses que lutavam por reforma agrária e direitos.

Milícias rurais: Eram grupos armados formados por capangas e alguns policiais que estavam a serviço dos latifundiários para reprimir camponeses e seus movimentos sociais. Em vários momentos, essa repressão resultou na morte dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Em 1964, além de setores da polícia, os proprietários de terra passaram a contar com o apoio do Exército brasileiro para reprimir as ações das Ligas Camponesas. No dia 31 de março de 1964, teve início o **golpe civil-militar** que retirou o presidente eleito João Goulart do cargo, dando início ao período ditatorial, que durou até 1985. Em Pernambuco e na Paraíba, trabalhadores e trabalhadoras rurais foram reprimidos, presos e alguns desaparecidos a partir do golpe.

O movimento das Ligas Camponesas foi perseguido por proprietários de terra e pelos militares. As sedes do movimento foram fechadas. O Engenho Galileia, onde surgiu a primeira Liga, foi ocupado pelo Exército durante vários dias. Diversas pessoas fugiram com medo do que lhes poderia acontecer. As lideranças do movimento camponês também foram perseguidas e presas. Francisco Julião ficou encarcerado entre 1964 e 1965 e depois foi exilado do país, passando a viver no México até 1979.

O movimento das Ligas Camponesas deixou de existir. Mas a ideia de luta, organização e reivindicação dos direitos sociais manteve-se viva. Durante os anos da **ditadura civil-militar**, mesmo com as perseguições, prisões

e torturas sofridas por homens e mulheres que viviam no campo, houve diversas ações para organizar novas ligas camponesas e assim dar continuidade à luta pela construção de uma sociedade mais justa para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Atividades

1) A partir da consulta ao site do Memorial das Ligas Camponesas <<https://www.ligascamponesas.org.br/>> produza uma redação que descreva o que você aprendeu sobre as Ligas. Procure responder: Quando se organizaram as Ligas Camponesas? Quais eram as motivações para suas lutas? O que achou dos depoimentos apresentados no site? Existem outras fontes de pesquisa no site? Você percebe algumas semelhanças entre a luta das Ligas Camponesas e questões atuais?

2) Assista ao filme “Cabra Marcado para Morrer”, do diretor Eduardo Coutinho, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hNCqaTIDXb4>>.

Após a exibição, debata com sua turma sobre as seguintes perguntas: Quem é o “cabra marcado para morrer”? Qual a relação entre o “cabra marcado para morrer” e Elizabeth Teixeira? Por que Elizabeth usava outro nome quando foi encontrada por Eduardo Coutinho? Por que não se sabia onde ela vivia?

A partir dessa discussão, a turma, dividida em grupos, buscará contar a história de Elizabeth Teixeira através de uma história em quadrinhos, peça de teatro ou música.

CAPÍTULO 5

No tempo em que “acampamentos abalaram a estância”: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul (1960-1964)

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER) foi criado no ano de 1960 a partir das reivindicações por “terra para quem nela trabalha” e pela ampliação de direitos para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Você conhece a história desse movimento?

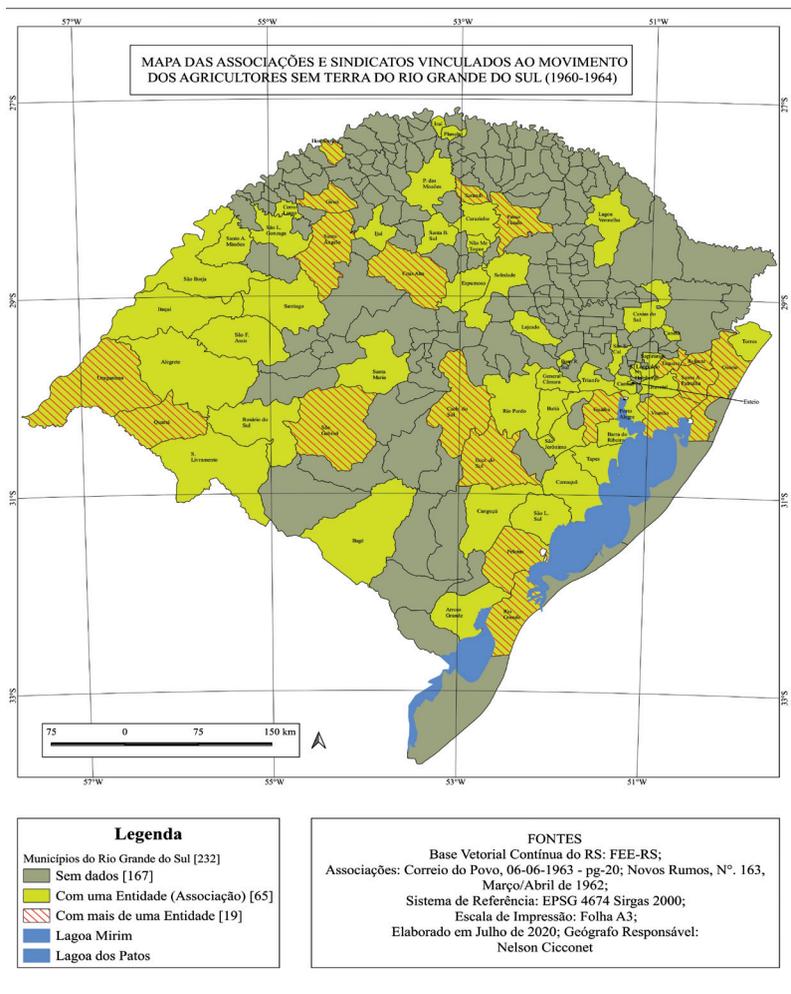
O MASTER nasceu no município de Encruzilhada do Sul (Rio Grande do Sul) como resultado da luta travada por cerca de 300 famílias de posseiros e posseiras que estavam sendo ameaçados de expulsão de uma área situada na localidade de Faxinal. Essas famílias não aceitavam sair das terras em que já trabalhavam há mais de cinquenta anos e procuraram ajuda do então prefeito da cidade, Milton Serres Rodrigues (PTB), que fortaleceu a resistência dos posseiros e posseiras e ajudou a fundar o movimento.

Nos anos seguintes, **as lutas pela terra multiplicaram-se e o MASTER expandiu-se para grande parte do estado**, mobilizando uma ampla campanha pela reforma agrária, protagonizada por sem-terra, pequenos agricultores e agricultoras, assalariados/as rurais e peões que sofriam com uma crise bastante intensa na economia gaúcha, especialmente na agricultura e na pecuária, e precisavam da terra para sobreviver.

Com o apoio do então governador Leonel Brizola e de militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) o movimento chegou a reunir mais de uma centena de associações de agricultores e agricultoras sem-terra no interior do Rio Grande do Sul.

Veja o mapa (na página seguinte) e observe as entidades que foram criadas.

Como isso foi possível? O Rio Grande do Sul era marcado por uma intensa concentração fundiária, isto é, muita terra estava concentrada na mão de poucos. Ao mesmo tempo, havia um número muito grande de pessoas que vivia no campo e não tinha terra para trabalhar. Assim, muitas famílias participaram de mobilizações e passaram a lutar por um pedaço de terra. Essas lutas ganharam bastante visibilidade em função da formação de acampamentos para reivindicar a desapropriação de alguma área. Como marca registrada, esses acampamentos eram realizados à margem dessas áreas, sendo que a maior parte delas eram latifúndios improdutivos ou terras devolutas. O MASTER foi precursor



em formar acampamentos como forma de reivindicar a terra, uma estratégia que é adotada atualmente por outros movimentos, como o MST.

O primeiro acampamento organizado pelos sem-terra foi na Fazenda Sarandi no norte do estado. Iniciado no dia 11 de janeiro de 1962, reuniu cerca de 1.500 homens, mulheres e crianças que reivindicavam uma área de cerca de 24 mil hectares pertencentes à companhia uruguaia Júlio Mailhos S.A. O acampamento contou com o apoio e a articulação do prefeito da cidade de Nonoai (limítrofe a Sarandi), Jair de Moura Calixto. Há controvérsias entre os pesquisadores e as pesquisadoras sobre a participação do MASTER na organização desse primeiro acampamento. O que se sabe a partir das fontes de pesquisa é que, logo após a ocupação ocorrer, lideranças do movimento participaram das mobilizações.

Centenas de famílias ocuparam o local, e sua reivindicação foi atendida pelo governo do estado apenas cinco dias após o início do acampamento. Naquele período, o então governador Brizola havia criado uma série de órgãos voltados à reforma agrária, a exemplo do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), fundado em 1961.



Após discurso do governador Leonel Brizola, agricultores saúdam a desapropriação da Fazenda Sarandi. Fonte: *Última Hora*, 15 de janeiro de 1962, capa.

A rápida resposta do governo do estado, que decretou a desapropriação daquela fazenda e a distribuição de uma parte da área às famílias acampadas, motivou uma série de mobilizações em outros municípios do estado. E assim não demoraria para que mais acampamentos fossem formados.

Foi o que ocorreu também em fins de janeiro de 1962 no local conhecido como Banhado do Colégio em Camaquã. Cerca de 2 mil camponeses e camponesas que ali residiam e trabalhavam como parceiros ou arrendatários reivindicavam a distribuição de 49 mil hectares de terras declaradas **devolutas** ou que estavam sendo disputadas ilegalmente na justiça por grandes proprietários. O agricultor Epaminondas Silveira e o padre Léo Schneider, lideranças daquela mobilização, denunciaram ao jornal *Terra Livre*: “As terras que pedimos pertencem ao estado. Quando isso era banhado, ninguém queria plantar, nem havia falsos proprietários. Mas, quando o Arroio Duro foi drenado pelo

Terras devolutas: São terras que não possuem registro válido em Cartório e por isso são de domínio do Estado, embora em geral não estejam na posse dele, o que facilita a apropriação indevida dessas terras por grileiros. O termo ‘devolutas’ foi cunhado no período colonial para se referir às terras dadas em forma de sesmarias, que deveriam ser devolvidas ao Estado caso descumprissem as condições para a sua concessão pelo sesmeiro (entre as quais estava a exigência de ocupação efetiva e moradia habitual).

DNOS [Departamento Nacional de Obras de Saneamento], todos os proprietários que tinham divisa com o Banhado do Colégio mudaram suas cercas e tomaram conta da área” [Fonte: *Terra Livre*, nº 108, fevereiro de 1962, p. 8]. Em apenas sete dias após o início da ocupação, o movimento obteve êxito com a desapropriação da área.

Nos meses seguintes surgiram acampamentos em diversos municípios, como Alegrete, Itapuã, Taquari, São Francisco de Assis, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Giruá e Cruz Alta, além de uma série de manifestações e da criação de novas associações. Essas associações reuniram-se em Porto Alegre durante o *I Encontro dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul*, realizado entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1962, e fundaram a Federação das Associações de Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários do Rio Grande do Sul. **Assim, o MASTER, que havia sido fundado inicialmente como uma associação local, tornava-se, oficialmente, um movimento estadual.**

Grande parte das ações do MASTER que obtiveram êxito ocorreu durante a gestão de Brizola (1959-1962). O governador apoiava o movimento, mas também tentou negociar com os grandes proprietários, sem sucesso. A partir de 1963, com a posse do novo governador Ildo Meneghetti (PSD), essa situação se alterou.

O governo Meneghetti **estava alinhado com os interesses dos grandes proprietários** e atuou para enfraquecer a imagem do MASTER e as lutas camponesas no estado. Exemplos dessas ações foram o desmonte do então Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e as práticas repressivas contra as mobilizações de sem-terra, que envolveram a queima de ranchos, apreensão de ferramentas de trabalho, ameaça às famílias, espancamentos e prisões de lideranças e integrantes do movimento. Essas ações eram apoiadas pelos grandes proprietários e por grande parte dos veículos de comunicação, **que acusavam o movimento de ser “subversivo” e “comunista”.**

O caso de João Sem Terra

Um caso emblemático de repressão ainda antes da ditadura foi o do agricultor sem-terra e liderança do MASTER, João Machado dos Santos, conhecido como João Sem Terra. Ele foi sequestrado pelo extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em meados de outubro de 1963, ocasião em que foi submetido a uma série de torturas, além de ter sido preso em outras ocasiões por policiais civis e da Brigada Militar. Após liberto, ainda em janeiro de 1964, poucos meses antes do golpe civil-militar, João Sem Terra viu-se obrigado a recorrer à clandestinidade, situação em que permaneceu por 25 anos. Somente na década de 1990, estimulado pelo lançamento dos livros “Por onde andaré João Sem Terra?” e “A saga de João Sem Terra”, ambos do jornalista Carlos Wagner, João Sem Terra sentiu-se seguro para retornar ao Rio Grande do Sul, assumindo sua identidade e contando sua experiência de exílio.

No fim de fevereiro de 1963, por exemplo, cerca de 900 pessoas organizaram um acampamento na localidade do Passo Feio, divisa dos municípios de Iraí e Nonoai no norte do estado. A Brigada Militar formou um cerco em torno do acampamento, que impedia o direito de ir e vir das cerca de 60 famílias ali acampadas e impedindo o abastecimento de mantimentos e de água. Em outro episódio, ocorrido em Morro Alto (próximo a Osório) em setembro de 1963, mais de cem soldados da Brigada Militar reprimiram famílias de agricultores e agricultoras sem-terra, deixando inúmeros feridos. Uma parte dessas famílias era de camponeses e camponesas negros, que, anos mais tarde, lutariam por suas terras com base no direito ao território de comunidades remanescentes de quilombos.

Os exemplos citados acima não eram eventos isolados, e a repressão contra os sem-terra e o MASTER foi efetuada tanto por agentes do Estado (polícia, DOPS, Forças Armadas) como pelos grandes proprietários de terra e seus jagunços armados. As políticas do governo Meneghetti, no entanto, não conseguiram impedir as ações do MASTER, que continuou a se mobilizar pela reforma agrária e pela sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, embora com mais dificuldades.

Com o golpe de 1964, que deu início à ditadura civil-militar, a repressão contra os movimentos de luta pela terra aumentou em todo o país. Segundo o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade, **1.196 camponeses, camponesas e seus apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1988**. Muitas são as denúncias de violências físicas e psicológicas sofridas por quem lutava pela reforma agrária durante o período ditatorial, tais como tortura, prisões arbitrárias, expulsão de suas terras e incêndio às plantações, etc.

E no caso do MASTER? Já na primeira semana de abril de 1964, o movimento teve sua sede arrombada, suas atividades foram desarticuladas e seus dirigentes e militantes perseguidos e/ou presos. Alguns relatos de integrantes do movimento ou de seus familiares revelam como a repressão marcou suas histórias de vida. Esses relatos estão nos processos da Comissão de Indenização criada pela Lei Estadual nº 11.042/1998, que reconhecia a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por ter causado danos físicos e psicológicos a pessoas presas por razões políticas no período compreendido entre 1961 e 1979.

Esses processos administrativos de indenização estão guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) e são uma fonte de pesquisa muito importante para conhecer mais sobre o período ditatorial em nosso estado. Se você quiser conhecer mais sobre esses processos, acesse o catálogo produzido pelo APERS: <<https://cutt.ly/YhcoNR3>>.

Para ter acesso à reparação prevista na lei, as pessoas iniciavam um processo no qual relatavam suas trajetórias e as sequelas da prisão. No caso de

alguns integrantes do movimento, além dos traumas físicos e psicológicos, o estigma de “subversivos” permaneceu, afetando seus laços com a comunidade. Nascimento Meireles, dirigente do MASTER em Uruguaiana, por exemplo, sofreu uma série de perseguições em suas atividades econômicas e perdeu seu emprego após a prisão. Em seu processo consta que ele teve problemas “familiares e morais ante a discriminação no meio onde viviam, sendo chamados jagunços comunistas” [Fonte: *APERS, processo administrativo de indenização número 4745-1200/98*]. Belarmino Otero Ribeiro, pequeno agricultor e proprietário de uma casa de secos e molhados, afirma que, após ser preso, passou a sofrer discriminação por parte de amigos e familiares, uma vez que esses “tinham medo devido à repressão da época”, o que o levou a mudar de cidade [Fonte: *APERS, processo administrativo de indenização número 6466-1200/98-8*]. **Você consegue imaginar como era viver no campo ou em municípios do interior naquele período sendo considerado um inimigo do novo regime?**

Apesar dos impactos da repressão e do longo tempo de ditadura, os sonhos e a necessidade de uma distribuição mais igualitária da terra não cessaram. Do MASTER ainda permaneceria uma fagulha, que mais de vinte anos depois se inflamou com o surgimento dos acampamentos de Macali e Brilhante (reivindicando ainda terras da antiga Fazenda Sarandi!) em 1979. Esses acampamentos, prontamente seguidos de outros, reacenderam a esperança e deram origem a uma nova onda de lutas e mobilizações, que marcou os anos finais da ditadura no Brasil, resultando na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas isso já é conversa para um outro capítulo!

Atividade

1) Como vimos ao longo do capítulo, muitas vezes, os movimentos de luta pela terra eram caracterizados como “subversivos” e seus integrantes acusados de ser “comunistas” e “agitadores” [Dica: leia o box sobre comunismo na página 13 para entender melhor o significado do termo]. Naquele tempo, o medo do comunismo estava presente na vida de muitas pessoas. Esse medo era estimulado por discursos anticomunistas produzidos por grupos empresariais, grandes proprietários de terra, veículos de comunicação, partidos conservadores e setores da Igreja Católica. Mas por que os anticomunistas tinham tanto medo da reforma agrária?

Os depoimentos abaixo são trechos de entrevistas realizadas em 2019 com algumas pessoas que participaram de mobilizações no início da década de 1960 no Rio Grande do Sul e ajudam-nos a compreender como esse senti-

mento anticomunista estava presente naquele momento histórico. Vamos conhecer mais sobre elas e quais suas memórias sobre aqueles episódios?

Ora, o que que eu... só falavam no comunismo, mas a gente até nem sabia o que que era isso. Esse tal de comunismo. Nós nem sabia. É comunista, é comunista, mas o que que isso significava, comunista, a gente não sabia o que que era. Né, o comunismo. [João Goldas, 86 anos, participou da mobilização na localidade de Faxinal, Encruzilhada do Sul, em 1960]

E como eu morava ali próximo, e de fato a gente não tinha condições de comprar terra, nós tinha... só sabia fazer aquilo ali, então nós precisava de terra, a gente participou do acampamento, né? [...] Mais foi pela necessidade... Pela necessidade. Só que naquele tempo, quanto a partido, quanto a questão política, a gente não tinha lá grande conhecimento né, não se tinha grande conhecimento. [...] Não importava, por exemplo, quando que aconteceu essas mobilizações, que depois foram chamados de comunismo e essas coisas ali, a gente... a gente se arrepiava tudo de ouvir falar de comunismo porque parecia que era um bicho... comia criança e sabe aqueles, sabe o que, né? Até um dia a gente chegar entender que não era aquilo que a gente enxergava antes né... [Geraldo Breda, 87 anos, integrou o acampamento da Fazenda Sarandi em 1962]

Olha, a necessidade tirou todo o medo. Fiquei feliz, porque a gente entrou e ganhou, porque a gente não tinha outra expectativa, outro meio de seguir em frente. Era ali, né? [Dona Iracema Breda, 80 anos, sobre a mobilização na Fazenda Sarandi]

Aí então fiquei meio em dúvida, porque falavam muito que o Brizola era comunista né... fiquei meio assim. Aí quando o Brizola veio, veio junto com dois padres de Sarandi, que vieram de auto [carro] até na chegada, porque ali tava um grupão de gente, né? E chegou ele ali com um padre, então não tem dúvida nenhuma que ele não era. Aí ele chegou e conversou bastante e coisa, e daí ele perguntou essas coisas, o que que o pessoal queria. Daí o pessoal disse 'queremos terra!' [João Raimundi, 83 anos, sobre o acampamento da Fazenda Sarandi]

O que é possível perceber nessas entrevistas? O que essas pessoas lembram daquele tempo? Por que decidiram participar das mobilizações? Nessas memórias, o que elas contam sobre o comunismo? Produza um texto com as suas impressões a partir dos depoimentos das pessoas entrevistadas.

CAPÍTULO 6

A Falerj e as lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro

Contexto histórico

Nas décadas de 1950 e 1960, o estado do Rio de Janeiro foi um espaço importante nas lutas pela terra no Brasil. Uma das razões para isso foi a implementação, a partir da década de 1930, de um **plano de colonização** para a Baixada Fluminense, que ocorreu através de núcleos coloniais. Ao longo das décadas de 1930 e 1950 foram criados sete Núcleos Coloniais no estado. Com isso o governo federal queria criar um “cinturão verde” no entorno da então capital federal a fim de produzir alimentos para a população carioca, que, na época, frequentemente passava por crises de abastecimento, ou seja, não se encontrava comida para comprar. Começou a circular a notícia de que o governo estava distribuindo terras na região para famílias que quisessem, o que atraiu muitos camponeses e camponesas sem terra. Um dos objetivos do plano era eliminar a **grilagem** e as expulsões de lavradores (despejos arbitrários), que aconteciam com frequência. Mas esse objetivo não foi alcançado. Ao contrário, com a construção de estradas e obras de saneamento e drenagem na Baixada, as terras da região valorizaram-se e aumentou o interesse de grileiros interessados em **especular e lotear as terras para a venda**. Parte significativa dos conflitos das décadas de 1950 e 1960 ocorreram nos Núcleos Coloniais ou em áreas vizinhas.

Esses conflitos ocorriam principalmente entre camponeses que se identificavam como “**posseiros**” (porque trabalhavam na terra, mas não tinham título de **propriedade**) e “grileiros”, que queriam se tornar donos legítimos das terras. As lideranças dos camponeses e camponesas denunciavam a violência e organizavam os lavradores para pressionar o governo a desapropriar aquela

Grilagem é a apropriação ilegal de alguma propriedade por meio de documentos falsos. A origem do termo vem da prática antiga de colocar papéis em caixas com grilos a fim de dar-lhes uma aparência de documento envelhecido. Tal efeito é provocado pelas fezes desses insetos. Visava com isso fazer com que as pessoas acreditassem que tais documentos eram verdadeiros. Hoje o termo é usado para se referir à apropriação ilegal de terras, mesmo que registrada em cartório.

Posse e Propriedade Privada: A posse é o uso direto da terra (para produção agrícola e moradia) por aquelas pessoas que não possuem um título de propriedade. Já na propriedade privada, a relação com a terra é baseada em um documento formal – chamado de *título de propriedade* – e independe do uso direto da terra pelo proprietário.

área de terra em disputa e nela assentar as famílias sem terra, para que elas tivessem direito a um pedaço de terra para cultivar e criar seus filhos e filhas.

A Falerj

A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) foi criada em 1959 logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado em Niterói, que procurou articular as lutas no estado e organizar um congresso nacional de camponeses e camponesas, o que ocorreu em 1961 em Belo Horizonte. Um dos principais responsáveis pelas articulações em torno da criação da Falerj foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estimulava os trabalhadores e trabalhadoras ameaçados a se organizar e a defender a **reforma agrária**. O PCB incentivava ainda o apoio dos operários das indústrias da época a apoiar a população camponesa.

A principal forma de luta era a resistência aos despejos com o objetivo de permanecer na terra o maior tempo possível. Naquele momento, era comum que a resistência fosse armada: instrumentos de trabalho, como enxadas, foices e espingardas de caça, eram usados para se defender. Os lavradores e lavradoras também organizavam grupos de trabalho coletivo (mutirões) para preparar as lavouras e, assim, garantir sua proteção e fortalecimento frente às investidas dos capangas armados (jagunços) dos fazendeiros.

Além disso, os lavradores passaram a **ocupar as terras** em grupos, liderados pelas organizações camponesas. Conforme essas ações iam conseguindo bons resultados e os lavradores logravam ficar na terra, mais trabalhadores e trabalhadoras rurais eram atraídos para a região.

Essa resistência somava-se e se articulava com outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: ações na justiça, com apoio de advogados muitas vezes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fazendo pedidos de libertação de lavradores presos, cancelamento de despejos; manifestações públicas, como as ocorridas em frente ao palácio do governador no Ingá e descritas nas memórias de alguns militantes. Em outras regiões, eram organizações de trabalhadores na indústria que se colocavam como porta-vozes dessa

Reforma Agrária: É o conjunto de medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando as formas de uso e propriedade. Ela se baseia na distribuição de terras para trabalhadores e trabalhadoras rurais que necessitam dela para viver. As **ocupações** de áreas rurais visam pressionar o governo para desapropriar terras improdutivas e promover os assentamentos, ou seja, distribuir lotes entre as famílias que nela desejam ficar para morar e fazer lavouras. As ocupações são realizadas por famílias sem terra, organizadas por movimentos sociais. O que se forma a partir das ocupações é chamado de acampamento.

luta por direitos dos camponeses e camponesas, como é o caso de Valença e sua União Operária, originária na organização dos trabalhadores de fábricas de tecido, que eram muitas no município.

Principais conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro no pré-golpe

Do final de 1961 até 1964, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes no estado do Rio de Janeiro. Foram três os casos que ganharam maior notoriedade. O primeiro foi a ocupação da Fazenda São



José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961. Liderada por Mariano Beser, um técnico agrícola ligado às Ligas Camponesas, a ocupação sofreu violenta repressão policial e encerrou em poucos meses. Em 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município organizou uma nova ocupação, reprimida pelo Exército imediatamente após o golpe de 1964.

Fonte: Imagem do jornal *Última Hora*, 08/01/1962.

O segundo evento foi a ocupação de uma área chamada Imbé no município de Campos, em 1963, que mobilizou lavradores e ex-moradores de usinas da região, que na época era importante na produção de cana-de-açúcar. A mobilização provocou a reação dos fazendeiros, que chegaram a enviar uma representante para o local a fim de negociar com os lavradores.

O terceiro caso foi em Xerém, município de Duque de Caxias, em junho de 1963, uma resposta dos camponeses e camponesas à ameaça de despejo em uma área que já havia sido declarada de utilidade pública pelo Governo Federal, para ser desapropriada e entregue aos lavradores que nela viviam há muito tempo. Cerca de dois mil lavradores ocuparam a Fazenda Capivari sob liderança de um padre.

O golpe civil-militar de 1964

Percebendo que o fortalecimento das lutas camponesas por terra representava uma ameaça a seus interesses, os grandes proprietários apoiaram as

articulações que estavam ocorrendo para que houvesse um **golpe de Estado** e o presidente João Goulart tivesse que deixar o governo. Com o golpe houve grande repressão às lutas e organizações camponesas da época. As terras que haviam sido desapropriadas pelo Governo Federal (20 áreas entre 1958 e 1963) foram devolvidas aos antigos donos e aos que se diziam ser proprietários, mas, muitas vezes, eram grileiros. Foi o caso dos irmãos Cunha Bueno, proprietários da Fazenda São José da Boa Morte no município de Cachoeiras de Macacu. Um era senador, e outro, deputado federal, e apoiaram o golpe.

As lutas pela terra foram duramente reprimidas durante a ditadura. Muitas famílias foram despejadas das terras que ocupavam, muitas lideranças precisaram fugir ou foram presas, torturadas e mortas. Boa parte dos sindicatos foi fechada ou sofreu intervenção (troca forçada da liderança eleita pelos trabalhadores por uma liderança nomeada pelo governo ditatorial). A fotografia ao lado é de uma família de camponeses de Duque de Caxias/RJ vivendo embaixo de uma árvore logo após ser expulsa pelos soldados da Guarda Rural do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra).

Mas a repressão não apagou a **memória das lutas do pré-golpe**. No final da década de 1970 e durante a década de 1980 (período da redemocratização), as memórias dessas lutas tiveram um papel fundamental no sentido de estimular os camponeses e camponesas a se reorganizar e fazer novas ocupações de terra, reavivando a luta pela reforma agrária, que segue pertinente até os dias de hoje.

Golpe de Estado é o ato de derrubar um governo por meio de ações que desrespeitam as leis em vigor. Existem diversos tipos de golpes de Estado. Na América Latina, nos anos 1960 e 1970, a maior parte deles foi militar (com o uso da violência pelas Forças Armadas) com articulação e apoio civil. Mais recentemente, alguns governos foram derrubados por seus deputados e senadores (golpes parlamentares).



VÍTIMAS DO TERROR

família que o general do IBRA expulsou de casa mora debaixo de uma árvore

GENERAL MANTÉM O TERROR NA BAIXADA

Fonte: Imagem do jornal *Correio da Manhã*, 11/12/1966.

CAPÍTULO 7

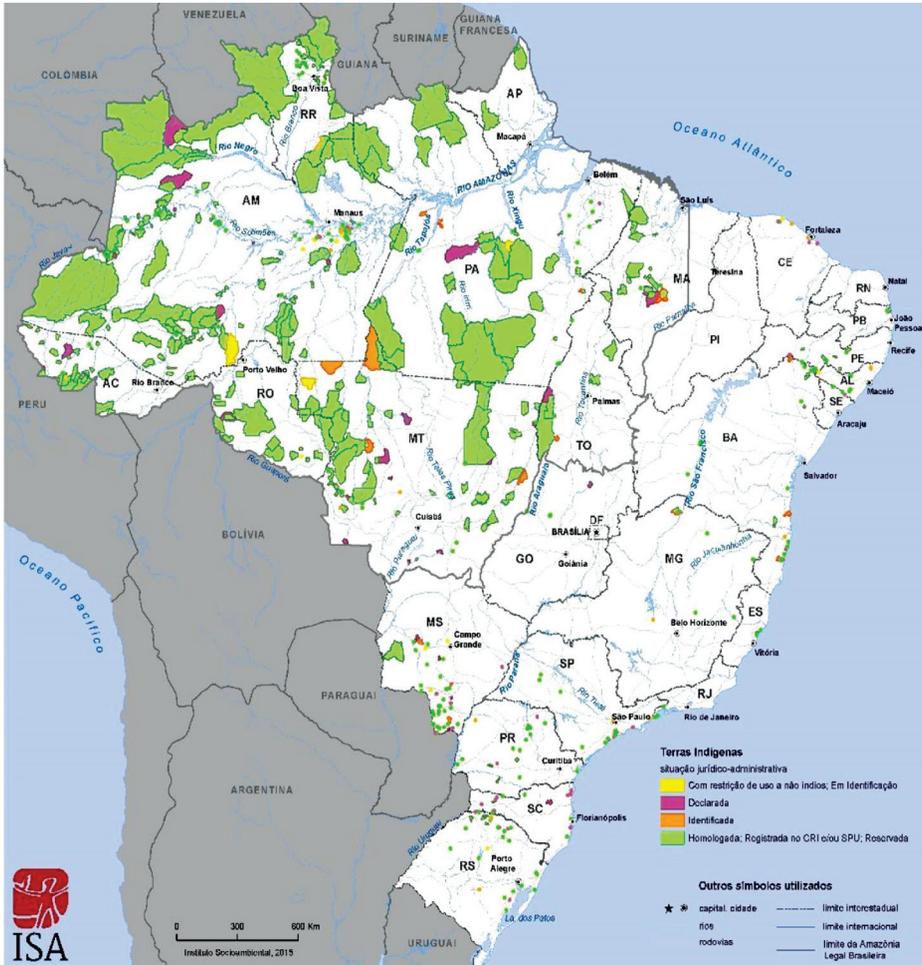
“Esta terra tem dono”: a luta dos povos indígenas durante a ditadura

Os povos indígenas são aqueles que já habitavam o território que hoje se chama Brasil ainda antes da colonização, ou seja, estão aqui há milhares e milhares de anos. Antes da chegada dos portugueses e do processo de conquista, estima-se que havia mais de **1.000 povos diferentes vivendo nesse território**, somando entre 2 e 5 milhões de pessoas.

Por causa da violenta e longa colonização do nosso país, hoje, a população indígena é de aproximadamente 900.000 pessoas, representando 0,47% da população brasileira, o que pode parecer pouco. No entanto existem **256 povos indígenas no Brasil**, falando mais de 160 línguas, fazendo com que este seja o país com a maior diversidade indígena do mundo.

A maioria das famílias indígenas vive em terras tradicionalmente ocupadas por seus povos. De forma geral, os/as indígenas não possuem um documento de propriedade das terras nas quais vivem. A Constituição de 1988 estabelece que essas terras são propriedade da União. No entanto são os povos indígenas que usufruem e cuidam delas. Historicamente, eles têm se destacado pela **proteção que garantem à natureza**. Atualmente, as **áreas indígenas** são cerca de 13,8% do território brasileiro. Algumas são grandes áreas com grandes casas coletivas e localizadas dentro de vastos biomas. Ainda assim, parte da população indígena vive de forma economicamente precária, em pequenos barracos feitos de lona em acampamentos na beira de estradas, por vezes rodeados por latifúndios.

Ao longo dos últimos 500 anos, os povos indígenas sobreviveram a muitas tentativas de **extermínio**, porém seguem vivos e lutando por seus direitos. No período da ditadura civil-militar não foi diferente. A Comissão Nacional da Verdade estimou que, durante o período ditatorial, pelo menos 8.500 indígenas foram assassinados, mas esse número pode ser ainda maior.



Mapa “Terras Indígenas do Brasil”. Autoria do Instituto Socioambiental, 2015.

Mas, então, o que causou a morte de tantas pessoas?

Diversas foram as atitudes que levaram a esse quadro. Grupos indígenas inteiros foram **removidos de seus territórios tradicionais** para dar lugar à construção de estradas, barragens, hidrelétricas, assentamentos para colonização e latifúndios. Muitas dessas ações favoreceram a transmissão de doenças para essas populações, que tinham tido pouco ou nenhum contato com pessoas não indígenas e não tinham os anticorpos necessários para sobreviver. Além disso, há notícias de assassinatos e tortura contra indígenas por **agentes estatais** (como membros do Exército, da Polícia Militar, assim como do próprio Serviço de Proteção aos Índios – SPI e da Fundação Nacional do Índio – Funai) e **civis**

(como latifundiários, grileiros, etc.). Quando aconteciam epidemias de gripe, varíola, sarampo, entre outras, ou então quando havia invasões de terras dentro das aldeias, os órgãos responsáveis por protegê-las frequentemente não cumpriam sua responsabilidade.

Isso tudo só foi possível porque o projeto adotado pela ditadura, com inspiração na **Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento**, percebia os povos indígenas como povos “atrasados”, que logo desapareceriam, pois deveriam ser integrados à “civilização” brasileira. Com isso o governo ditatorial esperava que os indígenas adotassem o estilo de vida não indígena do restante da população. O objetivo do governo era que as terras indígenas fossem destinadas a uma série de empreendimentos que supostamente proporcionariam o desenvolvimento econômico do país. Diante da resistência dos povos indígenas em abandonar suas culturas, modos de vida e territórios, o governo, que antes os enxergava apenas como “empecilhos para o progresso”, passou a tratá-los como “**inimigos internos**”. Esses inimigos deveriam ser controlados, monitorados e combatidos.



Fonte: Bruce Albert, 1976. Viajantes Yanomami do alto Rio Catrimani, seguindo o traçado recém-aberto da Perimetral Norte (RR).

O período da ditadura civil-militar foi marcado pela tentativa de extermínio de diversos povos indígenas. Esse extermínio aconteceria tanto no **plano físico**, por meio de assassinatos, tortura e transmissão de doenças, como no **plano cultural**, por meio da proibição do uso de seus idiomas, de rituais tradicionais e espirituais, por exemplo. O que diferencia a ditadura de outros mo-

mentos foi a institucionalização da repressão contra indígenas em nome do desenvolvimento econômico do Brasil por meio da exploração dos seus territórios, independentemente do desejo ou permissão desses povos.

Só com a Constituição de 1988 é que os indígenas deixaram de ser **tutelados** pelo Estado. O que significa isso? Significa que, até aquela data, pessoas indígenas eram consideradas legalmente incapazes de ser responsáveis por si mesmas, assim como pessoas menores de 18 anos. Então, mesmo que você fosse um/a indígena adulto/a, o responsável por você era o Estado brasileiro.

Constituição Federal: É o conjunto de leis fundamentais que organiza e rege o funcionamento de um país. Nela estão escritos os direitos e deveres dos cidadãos. No Brasil, a última Constituição foi elaborada em 1988.

Resistência à ditadura

Os povos indígenas não assistiram passivos a essa escalada da repressão contra suas comunidades. Os mais diferentes povos, incluindo inimigos históricos, começaram a se encontrar em “**Assembleias Indígenas**”, promovidas com o apoio de não indígenas, nas quais tinham liberdade e autonomia para discutir entre eles os problemas e desafios que viviam dentro das aldeias.

Desse modo, muitas lideranças foram percebendo que as difíceis condições de vida enfrentadas em suas aldeias eram comuns na maioria das comunidades indígenas. Situações como epidemias, falta de alimentos e invasões de terra, por exemplo, eram experiências compartilhadas por todas elas.

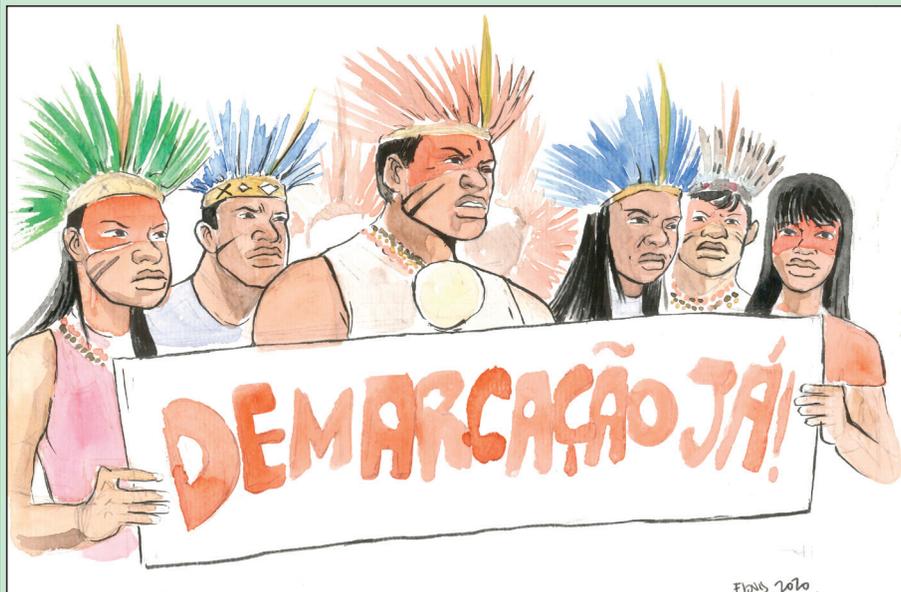
A partir desses encontros foi se construindo um Movimento Indígena que realizaria diversas ações: desde **retomadas de terras ancestrais**, que estavam sob a propriedade de não indígenas (como em Mangueirinha/PR e Nonoi/RS), até importantes articulações políticas para garantir que sua cidadania, seus direitos e suas terras passassem a ser respeitados.

Um exemplo disso foi o discurso de Ailton Krenak, então representante da **União das Nações Indígenas** (UNI), no plenário do Congresso Nacional em 1987 por ocasião dos debates sobre a redação da Constituição de 1988. Ailton Krenak chocou muitas pessoas ao pintar o rosto de preto com tinta de jenipapo (usada em diversas culturas para a pintura corporal) em sinal de luto e luta enquanto discursava.

A ditadura foi um período muito difícil para os povos indígenas. Sofreram com o avanço sobre suas terras, a degradação do ambiente em que viviam, a deslegitimação de seus **conhecimentos, culturas e modos de vida**, a imposição de um modelo de exploração da natureza que não condizia com seus valores, além de **violências físicas e psicológicas**. Mesmo diante desse quadro, mulheres, homens e crianças indígenas resistiram, lutaram e con-

quistaram direitos. Hoje, **continuam lutando pela garantia desses direitos** e de outros que lhes proporcionem uma vida digna, respeitando suas próprias culturas e a terra.

Atividade



Fonte: Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.

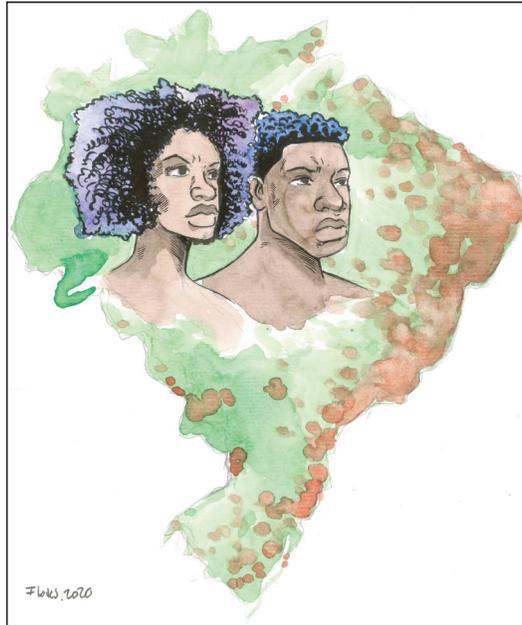
Observe a ilustração acima: O que os/as indígenas estão reivindicando? Você já ouviu falar sobre demarcação de terras indígenas? Sabe por que os povos indígenas reivindicam a demarcação? Pesquise com sua turma como é realizada a demarcação e por que essa é uma pauta fundamental para os povos indígenas no Brasil hoje.

Indicação de leitura

- Demarcação de terras indígenas no Brasil. Rodolfo F. Alves Pena. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/demarcacao-terras-indigenas-no-brasil.htm>>.
- *Como funciona a demarcação?* <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/demarcacao>>.

CAPÍTULO 8

Quilombos? Quilombolas? O que são e quem são?



Fonte: Ilustração de Alessandro Barcelos Flores.

Quilombos são comunidades negras rurais ou urbanas que possuem trajetórias históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas específicas ligadas à ocupação territorial, vínculos étnico-raciais e resistência à escravidão. Podemos chamar esses aspectos de identidade quilombola.

No passado, os quilombos foram **espaços de luta e resistência de pessoas negras** escravizadas contra o sistema escravocrata. Esses espaços foram constituídos a partir da fuga de escravizados, que buscavam uma vida livre. No período colonial, o termo quilombo era utilizado de forma pejorativa pelos colonizadores. Recentemente, graças à luta histórica do povo negro, o termo foi ressignificado para expressar a resistência de negros e negras **contra a escravização**.

Quilombolas são pessoas que possuem afrodescendência constituída pela autoatribuição individual ou coletiva e pelas relações com seus territórios. Algumas delas podem não estar mais em seus territórios de origem. Chamamos esse processo de “desterritorialização”. A autoatribuição é quando a pessoa se reconhece enquanto quilombola e é assim reconhecida por seu grupo.

Quilombolas possuem várias formas de se organizar: associações, grupos, federações, etc. Geralmente contam suas trajetórias de vida por meio da história

oral. O passado e o presente estão ligados pela oralidade e fazem parte das memórias individuais e coletivas que são narradas pelas pessoas da comunidade.

Em cada quilombo existem pessoas que possuem muitos **saberes** e são consideradas referências comunitárias: lideranças políticas, contadoras e contadores de “causos”, rezadeiras, parteiras, agentes sociais e outras que através dos seus conhecimentos e da vivência do dia a dia conseguem descrever as histórias de seus antepassados.

A luta quilombola

A luta quilombola no Brasil começou ainda nos navios negreiros pelo direito de existência. É uma forma de resistência ancestral à escravidão que atravessa séculos. Quilombos são símbolos da permanente resistência negra **contra o racismo no Brasil**.

Muitos quilombos no Brasil foram formados apenas por famílias negras de diversos povos escravizados da África, que tinham muitas diferenças entre si. Outros foram formados com a participação de povos indígenas ou com pessoas brancas empobrecidas.

Você sabe o que aconteceu em 20 de novembro de 1695? Nesta data, Zumbi dos Palmares foi morto em função de sua resistência no Quilombo dos Palmares. Ele é considerado pelo Movimento Negro a principal liderança na luta pela liberdade, e por isso o **dia 20 de novembro é feriado em várias cidades do Brasil e é o “Dia da Consciência Negra”**.

Ao se falar de Zumbi, não se pode esquecer de Dandara, que lutou ao lado de Zumbi pela libertação da população negra no Brasil. Dandara e muitas mulheres que lutaram contra a escravidão foram esquecidas pela historiografia.

Vamos conhecer mais sobre essa história?

Pesquise sobre a construção e resistência do Quilombo dos Palmares e o papel de Zumbi e Dandara. Investigue sobre a história de resistência do Quilombo, que durou mais de cem anos, e descubra se havia outras pessoas que não eram negras e fizeram parte da organização do Quilombo dos Palmares.

Você sabia que existem quilombos em quase todos os países da América Latina?

Pesquise sobre os quilombos na Colômbia, Jamaica ou Equador e busque descobrir como vivem e se existem leis que garantem os direitos das comunidades quilombolas a seus territórios nesses países.

Ainda hoje, as principais bandeiras da população quilombola são o reconhecimento da **identidade, titulação dos territórios e outras políticas públicas**. Essas bandeiras constituem uma força que vem do passado e chega ao presente para pensar e garantir a vida das futuras gerações.

É certo que todo quilombo possui entre seus moradores uma imensa diversidade de identidades, e as pessoas estão circulando a todo momento. Outras pes-

soas passam a viver nos quilombos e por isso, às vezes, é difícil definir quem são os quilombos e quilombolas olhando de fora, pois podem existir conflitos internos e externos. Por isso a atenção deve ser sempre em relação à autodefinição.

No Brasil, existem mais de **quatro mil quilombos reconhecidos pelo Estado**. O movimento social quilombola afirma que são mais de seis mil. O que sabemos é que em todas as regiões do Brasil há quilombos, cada um com suas características e desafios próprios.

Vamos pesquisar?

Em seu município (zona rural ou urbana) há algum quilombo? Em qual região do Brasil se localiza a maioria dos quilombos?

Onde pesquisar? Algumas dicas:

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas:

<<http://conaq.org.br/>>

<Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br/>>.

Nem os quilombos tampouco os/as quilombolas foram contados pelo último Censo do IBGE para saber ao certo quantos são. Espera-se que essa contagem ocorra no Censo de 2021.

Para pesquisar em quilombos, uma dica é entrar em contato com a comunidade quilombola mais perto de você. E se vai fazer uma pesquisa presencial, individual ou com um grupo, cuidar para não cometer nenhum tipo de **preconceito, discriminação ou racismo. Você sabe que racismo é crime?**

Vamos pesquisar mais?

Identifique a diferença entre racismo, preconceito e discriminação.

E também procure o significado de racismo estrutural. O que quer dizer a frase “No Brasil o racismo é estrutural”? Investigue e explique como tudo isso afeta os quilombos e os/as quilombolas. Várias pesquisas para fazer, não é? Que tal formar grupos para pesquisar esses temas?

Você sabia que as primeiras referências aos quilombos no Brasil foram negativas? Os quilombos eram uma forma de resistência contra a opressão, e é por isso que o termo quilombo era malvisto entre os colonizadores. Historiadores, entre eles Clóvis Moura, apontam que desde 1549 os portugueses já estavam preocupados com as rebeliões da população negra no Brasil.

Dizem que a expressão quilombo veio das relações dos portugueses com os povos da costa atlântica da África. A expressão **Kilombo** referia-se a um acampamento militar, moradia ou habitação coletiva. Na época da colonização, a administração portuguesa fez, no ano de 1740, através do Conselho Ultramarino, uma lei para perseguir as pessoas que se revoltavam e fugiam da escravidão. A lei dizia que quilombo era:

“Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

A ordem dada era que homens e mulheres rebelados fossem presos e açoitados em praças públicas para que servissem de exemplo e desestimulassem novas revoltas contra o sistema escravista. Utilizando o termo quilombo negativamente, as pessoas que conseguiam fugir ou se estabelecer dentro de fazendas (também no entorno delas) não utilizaram a palavra quilombo por muitos anos, guardando segredo de sua origem na memória. No Maranhão, até hoje várias comunidades se referem a si mesmas como “Terras de Preto”, “Terras de Santo”, etc.

Você já ouviu falar em Esperança Garcia? Ela foi a primeira mulher a escrever uma carta – requerimento – exigindo direitos. Pesquise e descubra mulheres que na atualidade vêm fazendo histórias revolucionárias nos quilombos.

Vale lembrar que as perseguições e intimidações não impediram que essas pessoas acreditassem na força de suas lutas. A vontade dos povos sequestrados na África e da população escravizada de viver em liberdade continuou. Mulheres negras e homens negros oprimidos organizaram-se, promoveram fugas, criaram motins e também resistiram de forma silenciosa. A lentidão nos trabalhos nas fazendas, por exemplo, foi um tipo de “greve” por melhores condições de vida.

Enfim, foram diversas formas de resistência contra a opressão. Essa resistência constituiu a sociedade brasileira e faz parte do **patrimônio cultural material e imaterial do Brasil**. A nossa relação com a África e com a palavra quilombo também se tornou positiva. O que antes era negativo tornou-se motivo de orgulho e pertencimento.

Você sabia que os/as quilombolas foram diretamente afetados pela ditadura civil-militar?

Esse é um tipo de pesquisa que vem sendo realizado aos poucos. Nos últimos anos, novos estudos tornaram possível compreender as resistências dos quilombos e seu papel fundamental na luta pela democracia até os dias atuais. Um dos marcos foi a investigação da Comissão Camponesa da Verdade, que investigou as violações aos povos do campo durante o período ditatorial.

Durante a ditadura, houve inúmeros conflitos causados pela instalação de megaprojetos (usina nuclear, hidroelétricas, barragens, mineração, etc.), pela especulação imobiliária e pela atuação de grandes latifundiários, que acabaram por gerar o **deslocamento forçado** de muitas dessas comunidades quilombolas. Os conflitos envolveram tanto grandes proprietários ou empresas como agentes do Estado, especialmente as Forças Armadas (Aeronáutica, Marinha e Exército).

Esses conflitos ocorreram em diversas regiões do país, como: Alcântara (Maranhão), Monte Alegre (Maranhão), Marambaia (Rio de Janeiro), Mandira, São Pedro e Porto Velho, localizados no Vale do Ribeira (São Paulo), Peropava (São Paulo), Varzeão (Paraná), Negros de Gilú (Pernambuco), Vale do Ribeira (São Paulo) e Rio dos Macacos (Bahia). Muitos desses conflitos persistem ainda hoje, assim como as demandas por territórios, preservação ambiental e vida digna também persistem nesses quilombos.

Quilombos e quilombolas hoje

Imaginem quantos desafios nesses mais de 500 anos para a população negra no Brasil! Quantas histórias foram esquecidas, e outras com que ainda podemos ter contato e ser (re)construídas? Apenas com a Constituição de 1988 a população quilombola foi reconhecida positivamente pelo Estado brasileiro, portanto cem anos após a abolição da escravidão no Brasil.

Quilombolas, movimento negro e vários parlamentares, artistas e intelectuais conseguiram colocar em um esforço gigantesco na redação final da Constituição os seguintes dizeres: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos* (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Atualmente, de acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, os quilombos são: **grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.**

Estar com os direitos assegurados na lei é muito importante, e por isso os/as quilombolas não param de lutar. Mas a lei por si só não garante nada. É preciso força, organização e resistência em um país tão racista como o Brasil para a garantia de direitos plenos (saúde, educação, moradia e outros). A legislação retirou do esquecimento e da invisibilidade da sociedade um grupo importante da nossa história e ativou as memórias. Hoje, é a participação dos quilombolas em associações, sindicatos, escolas públicas e privadas, universidades, organizações não governamentais, conselhos, secretarias estaduais e municipais, ministérios, fundações que vem fazendo a diferença. Contribuir para que se efetivem os direitos da população quilombola é um dever de todos e todas nós.

Diante dessas informações que estão no texto e das pesquisas que você fez, já consegue dizer o que são quilombos e quem são os/as quilombolas? Que tal procurar o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade e ver quantas vezes aparecem situações envolvendo quilombos? Procure localizar no mapa quais são os quilombos onde ocorreram conflitos durante a ditadura e pesquise informações sobre esses territórios e comunidades atualmente. **Bons estudos e descobertas. Axé!**

CAPÍTULO 9

A repressão no campo durante a ditadura e a transição à democracia

Com o golpe de Estado de 1964, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais tiveram suas lideranças substituídas por ordem do governo ditatorial ou foram fechados e suas lideranças perseguidas. Boa parte dessas lideranças procurou uma forma de esconder-se temporariamente até “a poeira do golpe baixar”. Outras não tiveram a mesma sorte e acabaram presas. Além disso, proprietários de terras e grileiros aproveitaram-se da situação política de perseguição ao “comunismo” para associar camponeses e camponesas que lutavam por terra à figura de “subversivos comunistas” e expulsá-los das terras em que moravam ou que estavam ocupando. Mesmo quem não estivesse envolvido nas lutas também sofreu com tentativas de expulsão, frequentemente bem-sucedidas. Nesse sentido, **homens e mulheres camponeses e indígenas foram vítimas de grileiros**, que se sentiam com liberdade para praticar violência sem serem punidos por tais atos, uma vez que justificavam suas ações com o discurso da “perseguição aos comunistas”.

O medo espalhou-se rapidamente, principalmente no meio rural. Não se tocava mais no assunto da reforma agrária. O próprio termo camponês, que trazia consigo a **ideia de resistência e de luta por direitos**, passou a ser censurado e substituído por outras categorias como produtor, trabalhador rural, agricultor, entre outros. Embora isso tenha ocorrido nas diversas regiões onde havia luta por terra, esse medo de usar a palavra camponês ocorreu mais intensamente no Nordeste, onde o termo era mais usado devido a uma presença mais consolidada das Ligas Camponesas naquela região.

A **construção de rodovias e hidrelétricas** também resultou na expulsão de milhares de camponeses e indígenas durante a ditadura. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a política de incentivo ao turismo também facilitou a grilagem e os despejos de posseiros, especialmente nas regiões litorâneas. A rodovia Transamazônica é outro exemplo que causou a morte de milhares de indígenas nas regiões onde ela foi construída.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o enfraquecimento da ditadura e a abertura política, os movimentos indígenas e camponeses tiveram condições de organizar-se novamente e voltar a **reivindicar publicamente o direito à terra**. Com a reação de proprietários e grileiros, as populações do campo continuaram sofrendo com situações de violência. O número de assassinatos inclusive aumentou, porque os conflitos se tornaram mais frequentes.

Com a Constituição de 1988, importantes avanços foram conquistados, sobretudo pelos **povos indígenas**, que passaram a ter garantido em lei o direito de ficar e cuidar de suas terras sem ser incomodados, além de outras garantias. **Camponeses e camponesas** também conseguiram inserir na Constituição a ideia da função social da propriedade; ou seja, as terras que não cumprissem sua função (produzir e respeitar os direitos trabalhistas) poderiam ser desapropriadas.

Nesse período, uma série de iniciativas foi sendo adotada por parte de organizações da sociedade civil, como o **levantamento dos mortos e desaparecidos pela ditadura** e a organização de atividades de valorização de sua memória e de demanda por reparação às vítimas das violações de direitos humanos que aconteceram durante o período. Em 1992, o Estado brasileiro aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos e integrou-se a organismos internacionais no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que recebe denúncias, acompanha e julga crimes contra os direitos humanos, tais como tortura, assassinato, ocultação de cadáver e prisões injustas. Essas medidas fazem parte de um esforço da sociedade civil e do Estado no sentido de conduzir o país para uma transição entre o regime ditatorial e a democracia. Esse conjunto de iniciativas chama-se **“justiça de transição”**.

Entre as primeiras iniciativas da sociedade civil para **identificar as vítimas da repressão no campo** estão a publicação de 1981 da Contag, “As lutas camponesas no Brasil”, e o estudo encomendado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que resultou na publicação, em 1986, do livro “Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985)”. Mais recentemente, em 2010, o Governo Federal patrocinou uma publicação intitulada “Retratos da repressão política no campo”. O livro apresenta um panorama das principais formas de violência sofridas por camponeses e camponesas durante a ditadura, bem como nos anos anteriores a ela.

Reparação: Ação de restaurar ou consertar algo; reparo. Satisfação dada a alguém por uma falta, uma ofensa; retratação. O termo reparação histórica busca retratar injustiças cometidas a uma determinada população em um determinado período histórico.

O que é o MST?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é um movimento social camponês de massa, de caráter nacional, que luta pelo **direito ao acesso à terra** para quem necessita dela para sobreviver e por **mudanças sociais no país**.

A origem do MST inspira-se no legado histórico da organização camponesa. Dois episódios são marcos do início da luta pela terra que deu origem ao MST: as ocupações da **Fazenda Macali** em 1979 e da **Fazenda Annoni** em 1985, ambas na região norte do Rio Grande do Sul. Cabe destacar a contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que a partir de sua atuação junto à **Igreja Católica** acompanhou as primeiras mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. O MST foi fundado

em janeiro de 1984, um pouco antes do final da ditadura civil-militar, e desde então se constituiu como um dos maiores movimentos sociais da América Latina.

A forma de luta desse movimento inicia pela ocupação dos latifúndios improdutivos, onde famílias sem terra acampam e ali vivem durante anos, resistindo, trabalhando, plantando e produzindo. O *acampamento* é um espaço organizativo e formativo do MST. Quando ocorre a desapropriação de uma fazenda improdutiva para fins de reforma agrária, as famílias são assentadas pelo Estado. A partir daí se consolida uma nova forma de organização desse território. O *assentamento* é a democratização do acesso à terra como fruto da conquista desses sujeitos camponeses.

Atualmente, a produção de alimentos saudáveis em acampamentos e assentamentos tem sido uma das principais pautas da luta do MST, assim como o acesso a moradia, educação, saúde, cultura e novas relações sociais entre os sujeitos do campo.

Para saber mais sobre a história do MST, acesse: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>.

Comissão Nacional da Verdade

Em novembro de 2011, foi aprovada no Congresso Nacional uma lei que criou uma comissão oficial voltada à **investigação das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura**, chamada Comissão Nacional da Verdade (CNV). Seus trabalhos iniciaram-se no princípio de 2012, tendo sido concluídos em dezembro de 2014.

Como desdobramento dessa iniciativa, os movimentos sociais do campo, reunidos no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas em agosto de 2012, definiram como um dos encaminhamentos a criação de um grupo de apoio à CNV com o objetivo de chamar atenção para a importância de apurar a **violência contra as populações do campo**. Foi criada então a **Comissão Camponesa da Verdade (CCV)**, que elaborou um relatório complementar e paralelo ao da CNV.

Embora uma Comissão Indígena da Verdade não tenha sido criada, um grupo de pesquisadores de diferentes entidades da sociedade civil também elaborou um documento de apoio à CNV, intitulado “Povos Indígenas e Ditadura Militar: subsídios à CNV”.

Para atender as demandas da sociedade civil para tratar da repressão sobre **camponeses e indígenas**, foi oficialmente criado na estrutura da Comissão Nacional da Verdade um grupo de trabalho para pesquisar especificamente esse tema. O grupo abordou alguns casos de repressão contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas ainda é necessário apurar uma série de violências que causaram intenso sofrimento às populações do campo, como expulsões, destruições de casas e lavouras, aterramento de fontes de água, entre outras.

Os trabalhos da CNV foram marcados por uma preocupação com a identificação de situações nas quais houvesse a atuação de agentes do Estado (po-

liciais e membros das Forças Armadas). No campo, porém, a violência era, na maioria das vezes, **praticada por grileiros em parceria com policiais**, estimulados pela certeza de impunidade. Como consequência, as violências sofridas por camponeses e indígenas passam à história como se não tivessem acontecido. Muitas pessoas que foram despejadas e perderam a terra onde viviam não foram consideradas como vítimas.

No Brasil, uma parcela considerável da população não conhece a gravidade do problema das grilagens de terra e acaba não considerando os despejos de lavradores como efetivamente uma violação de direitos humanos. Como consequência, muita gente não compreende a importância de essas vítimas serem reparadas, ou seja, receberem uma compensação pela violência que sofreram.

Reparação

Em relação à reparação aos camponeses e às camponesas, um estudo feito pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, organizado por Gilney Viana, contabilizou **mais de mil camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1988**. O estudo mostra como está distante do universo camponês a ideia de reparação, já que a grande maioria sequer chegou a realizar o pedido, seja por não saber que tinha esse direito, seja por falta de acesso a seus direitos básicos.

Já na Comissão de Anistia, que não trata apenas de mortos e desaparecidos, mas das diversas formas de violações, o número de camponeses atendidos é maior, já que mais pessoas são aptas a pedir reparação, mas ainda assim é um número baixo.

Em 2014, **um grupo de 14 indígenas** recebeu em conjunto a reparação da Comissão de Anistia. Embora tenha sido importante o reconhecimento público de que o Estado foi responsável pelas violações, a reparação não atendeu a principal reivindicação dessa população: a demarcação de suas terras, que lhes foram tomadas durante a Guerrilha do Araguaia. Além disso, os 14 indígenas que receberam a reparação em dinheiro acabaram se distanciando da coletividade do povo indígena a que pertenciam por ter adotado outro estilo de vida após o recebimento da reparação.

Antenado a essa crítica, o Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Justiça de Transição do Ministério Público Federal (MPF) deu um importante passo ao propor à Comissão de Anistia que a reparação aos povos indígenas fosse feita de forma coletiva. A proposta baseou-se no entendimento de que **“a vítima”, nesse caso, foi a própria cultura indígena**.

Medidas reparatórias como restituição e demarcação de terras, portanto, especialmente devido a seu maior impacto na estrutura da sociedade, de-

pendem de uma mudança de entendimento a respeito da história da questão agrária brasileira. Por fim, dependem ainda da compreensão da importância do **acesso à terra** como condição necessária para a existência de grupos sociais como indígenas e camponeses.

Atividades

1) Mesmo após o fim da ditadura, a violência no campo continuou. Para saber mais sobre esse tema, consulte a matéria especial “Massacres no Campo”, produzida pela Comissão Pastoral da Terra, disponível no seguinte link: <<https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>>. Após ler a definição de “massacre” exposta pelo site, procure perceber no mapa interativo quais estados do Brasil mais concentram essa violência. Qual é a região do Brasil que mais teve massacres no campo? Quais motivos levam essa região a essa triste concentração? No seu estado, ocorreu algum desses massacres? Se sim, qual/quais? Você já tinha ouvido falar sobre esse episódio? Com a turma pesquise em que ano ele aconteceu, qual localidade, qual a motivação dos executores, qual população foi atingida, quantas vítimas deixou e outras informações adicionais.

2) Após consultar o gráfico “assassinatos e julgamentos (1985-2017)” presente em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4365-maior-massacre-no-campo-das-ultimas-decadas-completa-1-ano>>, debata com a turma sobre a disparidade entre o número de casos de assassinatos no campo e de julgamento desses casos. Quantos desses casos foram julgados? Por quê? Em relação aos casos julgados, quem geralmente é condenado: mandantes ou executores? Na sua opinião, por que isso acontece?

Sugestões de materiais para a sala de aula

Professora, Professor:

Nesta seção, apresentamos a vocês algumas sugestões de acervos documentais, páginas da internet, produções audiovisuais e materiais educativos que permitem conhecer mais sobre o tema e podem ser utilizados em sua escola para abordar histórias e memórias de lutas pela terra no Brasil contemporâneo.

• **Páginas na internet e plataformas digitais**

Armazém Memória: <<http://armazemmemoria.com.br/>>. Acervo digital articulado por diferentes pessoas e instituições que reúne depoimentos, livros, vídeos, áudios, artigos, documentos e imagens com o fim de preservar a memória histórica das lutas sociais no Brasil. Na página encontram-se o “Centro de Referência Virtual Luta pela Terra” e o “Centro de Referência Virtual Indígena”.

Comissão Pastoral da Terra (CPT): <<https://www.cptnacional.org.br/>>. A CPT tem produzido uma série de documentos sobre as lutas e ocupações de terra ocorridas a partir do final da década de 1970. Na aba “Massacres no campo”, há um mapa interativo com informações sobre os principais conflitos ocorridos na chamada Nova República, que possibilita discutir em sala de aula sobre a permanência da violência no campo no país.

Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN): <<https://comin.org.br/>>. A entidade, que atua junto a povos indígenas, disponibiliza em sua página cadernos para uso em sala de aula (com orientações para professores/as), vídeos, material para educação infantil, textos e imagens.

Fundação Cultural Palmares: <<http://www.palmares.gov.br/>>. É instituição responsável pela emissão de certidão às comunidades quilombolas, a partir da qual são reconhecidos oficialmente os direitos dessas comunidades. Na aba “Certificação Quilombo-la”, é possível acessar um mapa com as comunidades reconhecidas em cada estado, que pode gerar uma boa atividade de pesquisa e discussão em sala de aula.

HD – História da Ditadura: <<https://www.historiadaditadura.com.br/>>. Projeto focado na divulgação científica que reúne textos, documentos, entrevistas e materiais educativos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira.

Instituto Socioambiental. Povos Indígenas do Brasil: <<https://pib.socioambiental.org/>>. Na página do instituto, há um conjunto de materiais muito rico sobre os povos indígenas brasileiros, com informações sobre língua, localização, histórico do contato, atividades econômicas, cosmologia, etc. Há também uma seção específica sobre “Terras indígenas no Brasil”, que explica a definição do conceito, a localização e os conflitos que ameaçam essas áreas. O Instituto criou o projeto **Povos Indígenas no Brasil Mirim** com materiais destinados à pesquisa escolar e ao público infantojuvenil <<https://mirim.org/>>.

Memórias da Ditadura: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>> – Portal do Instituto Vladimir Herzog, que reúne uma série de textos, imagens e documentos sobre o período ditatorial, bem como propostas de “Sequências didáticas” para o uso em sala de aula. Na aba “Repressão e Resistência”, há textos sobre trabalhadores rurais, indígenas e movimentos negros. Há também uma seção específica que trata da Comissão Nacional da Verdade, abordando, por exemplo: “Lutas por terras”, “CNV e Negros” e “CNV e Indígenas”.

Memorial da Democracia: <<http://memorialdademocracia.com.br/>>. Nesta página são abordados momentos importantes relacionados a episódios de luta pela terra no Brasil, apresentando textos, documentos e vídeos que podem ser utilizados em sala de aula com a mediação do/a professor/a.

Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Projeto criado em 2005 com o objetivo de reconstituir a memória social sobre as lutas políticas que marcaram o período ditatorial. Neste portal, é possível consultar documentos e imagens de época, bem como materiais audiovisuais e multimídias direcionados ao uso em sala de aula.

Museu do Índio: <<http://www.museudoindio.gov.br/>>. O Museu do Índio disponibiliza um acervo on-line e conta com uma seção específica intitulada “Pesquisa Escolar”, bem como desenvolve atividades como exposições itinerantes e oficinas em escolas.

Projeto Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – GeoAgrária/FFP-UERJ: <<https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/p/bibliotecas-pupulares.html>>. O projeto disponibiliza cartilhas e vídeos contando a história da luta pela terra, produzidas coletivamente em assentamentos do Rio de Janeiro.

• Livros e materiais didáticos e paradidáticos

- *A história da luta pela terra e o MST*. Mitsue Morissawa. São Paulo: Expressão Popular, 2001. Disponível em: <<https://cutt.ly/RhxYDJQ>>.
- *A pequena princesa do Quilombo do Cabula*. Nunes, David Bucala. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019.
- *Cidadania, Questão Agrária e Direitos Humanos*. Jogo didático. Elaboração: Projeto de Extensão Memórias das Lutas pela Terra no Estado do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://memoriasdaslutas.wixsite.com/site/material-didatico>
- *Contando histórias das terras e das águas*. Livro infantil. Elaboração: Projeto de Extensão Memórias das Lutas pela Terra no Estado do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://memoriasdaslutas.wixsite.com/site/material-didatico>.
- *Contos indígenas brasileiros*. Daniel Munduruku. São Paulo: Global Editora, 2004.
- *De onde vem nossa comida?* Organizadoras Maria Cristina Vargas, Nívia Regina da Silva. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/hIQS7.
- *Estórias quilombolas*. MOURA, Glória. Coleção Caminho das Pedras. Vol. III. Brasília: SECADI, 2008. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/estorias_quilombola_miolo.pdf>.
- *O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas*. Juliana Alves de Andrade, Tarcísio Augusto Alves da Silva (org.). Recife: Edições Ras-cunhos, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/nhcrsZG>>.
- *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006. Disponível em: <<https://cutt.ly/Zhx1791>>.
- *O tempo e a terra. Mapeando o território indígena Kapinawá*. Olinda: CCLF, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/qhxcEZ2>>.
- *Pessoas Comuns, Histórias Incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Silva, Fernanda O.; Sá, Jardélia R.; Gomes, Luciano da C.; Rosa, Marcus Vinícius de F.; Perussatto, Melina K.; Silva, Sarah C. A.; Santos, Sherol dos. Porto Alegre: Ed. UFRGS; EST Edições, 2017.

- *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/WhxxjzU>>.
- *Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros*. Ministério da Educação. Brasília, 2005 (Produção REDEH). Disponível em: <<https://cutt.ly/Thxk95n>>.
- *Tiririca dos crioulos: um quilombo-indígena*. [recurso eletrônico] Coordenadores: Alecksandra Ana dos Santos Sá, Larissa Isidoro Serradela, Nivaldo Aureliano Léo Neto. Carnaubeira da Penha-PE: Associação dos Remanescentes do Quilombo Tiririca, 2016. Disponível em: <www.culturadigital.br/tiriricadoscrioulos>.
- *Uma história do povo Kalunga* (Livro texto e atividades). Ministério da Educação. Brasília, 2001. Disponível em: <<https://cutt.ly/DhxxmLE>>.

• Outros materiais didáticos produzidos através do Edital Memórias Brasileiras (CAPES)

- *Trajétoérias de vida entre a ditadura e a democracia*. Caderno didático [livro eletrônico]. Jorge Ferreira; Juniele Rabelo de Almeida; Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/AhxvjbI>>.
- *Educação em movimento(s): metodologias ativas para pensar conflitos sociais: livro de atividades*. Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019. Disponível em: <<http://www.ativismos.com.br/materiais/>>.

• Filmes, documentários e outras produções audiovisuais

Lutas camponesas

- *Cabra marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1985)
<<https://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLIR0c>>.
- *Cadê Porfiro?* (Hélio Brito, 2004)
<<https://www.youtube.com/watch?v=7A8WN4LI8jw>>.
- *Fruto da Terra*. Parte 3 da trilogia (Tetê Moraes, 2008)
<<https://www.youtube.com/watch?v=EzGqqYJIWZI>>.
- *José Ayres dos Prazeres: líder não reconhecido das Ligas Camponesas* (Reportagem: Carolina Albuquerque, TV JC, 2014)
<https://www.youtube.com/watch?v=ef3CbReVvtQ&feature=emb_title>.
- *Memórias Clandestinas* (Maria Thereza Azevedo, 2004)
<<https://www.youtube.com/watch?v=R2bi5c9W2r8&t=333s>>.
- *Nas terras do bem virá* (Alexandra Rampazzo, 2007)
<<https://www.youtube.com/watch?v=VibNE-8dN7o>>.
- *O Sonho de Rose*. Parte 2 da trilogia (Tetê Moraes, 2000)
<<https://www.youtube.com/watch?v=xP2Jm23RJ9Y>>.
- *Sobreviventes de Galileia* (Eduardo Coutinho, 2013)
<<https://www.youtube.com/watch?v=AsUu2ua1gGE>>.
- *Terra para Rose*. Parte 1 da trilogia (Tetê Moraes, 1987)
<<https://www.youtube.com/watch?v=1ZlqjK4K1-0>>.
- *The troubled land* (Helen Rogers, 1961)
<https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg>.

Lutas indígenas

- *Canal Vídeo nas Aldeias*
<<https://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias/videos>>.
- *Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas* (A Pública, 2013)
<<https://www.youtube.com/watch?v=FwSoU3r1O-Q>>.
- *Guerras do Brasil.doc: As Guerras da Conquista* (Luis Bolognesi, 2017)
<<https://www.youtube.com/watch?v=wDsCn5gki-Q>>.
- *Índio cidadão?* (Rodriguarani Kaiwá, 2014)
<<https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>>.
- *Índios, memórias de uma CPI* (Hermano Penna, 1998)
<<https://www.youtube.com/watch?v=qlayUPFEIBI&t=4s>>.
- *Povos indígenas: conhecer para valorizar* (Marcia Derraik, 2011)
<<https://www.youtube.com/watch?v=MwMEuK-DfEw&t=80s>>.
- *Terra Vermelha* (Marco Bechis, 2008)
Trailer: <<https://www.youtube.com/watch?v=mQ67w8pUIts>>.

Lutas quilombolas

- *A Rota do Escravo: a Alma da resistência* (Tabué Nguma e Nil Viasnoff, 2012)
<<https://www.youtube.com/watch?v=HbreAbZhN4Q>>.
- *Black Out* (Felipe Calheiros, 2016)
<<https://www.youtube.com/watch?v=2ppYqcOWXag>>.
- *Dandaras: A força da mulher quilombola* (Ana Carolina Fernandes, 2015)
<<https://www.youtube.com/watch?v=RSW3uEfk4QU>>.
- *Quilombos* (Big Richard, Caminhos da Reportagem, TV Brasil, 2012)
<<https://www.youtube.com/watch?v=CNhqvWJjGII>>.
- *Quilombos do Século XXI* (Billa Franzoni e Thiago Oliveira, 2019)
<<https://www.youtube.com/watch?v=CNhqvWJjGII>>.

• Páginas de algumas entidades e movimentos sociais que atuam no campo

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): <<https://apiboficial.org/>>.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ): <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>>.

Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST): <<https://mst.org.br/quem-somos/>>.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) <<http://www.contag.org.br/>>.

Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB): <<https://mab.org.br/>>.

Referências

Acervos consultados

Brasil Nunca Mais <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>.

Memorial das Ligas e Lutas Camponesas <<https://www.ligascamponesas.org.br/>>.

Arquivo Lyndolpho Silva – Memória do Sindicalismo Rural Brasileiro, do Centro de Pesquisa e Documentação Agrária (CPDA/UFRRJ) <<http://r1.ufrrj.br/cpda/als/>>.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciando (PE) <<http://arquivopublico.pe.gov.br/>>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil <<https://cpdoc.fgv.br/>>.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Projeto Memória e Movimentos Sociais <<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/>>.

Memórias Reveladas <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de Andrade. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Volume I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 73-85.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. Verbetes temático: Ligas Camponesas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>>.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Coordenador: Gilney Amorim Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: Veredas de uma luta*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1.

CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946-1988*. 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-estadiponivel-para-download-4/>>.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Violações aos direitos dos Povos Indígenas. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: CEV. Tomo I, parte II, 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Volume II. Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Luis Flávio Carvalho (org.) *O Congresso Nacional Camponês: Trabalhador rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, Editora Universidade Rural, 1993.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo*. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: SEAF, 2017.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza Ferreira. MARGARIDA, MARGARIDAS. Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/451/735/4893-1>>.

GALILEIA, Zito de. *A história das Ligas Camponesas: Testemunho de quem a viveu*. Recife: Cepe, 2016.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabenguele. *Para entender o Negro no Brasil hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Volume I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

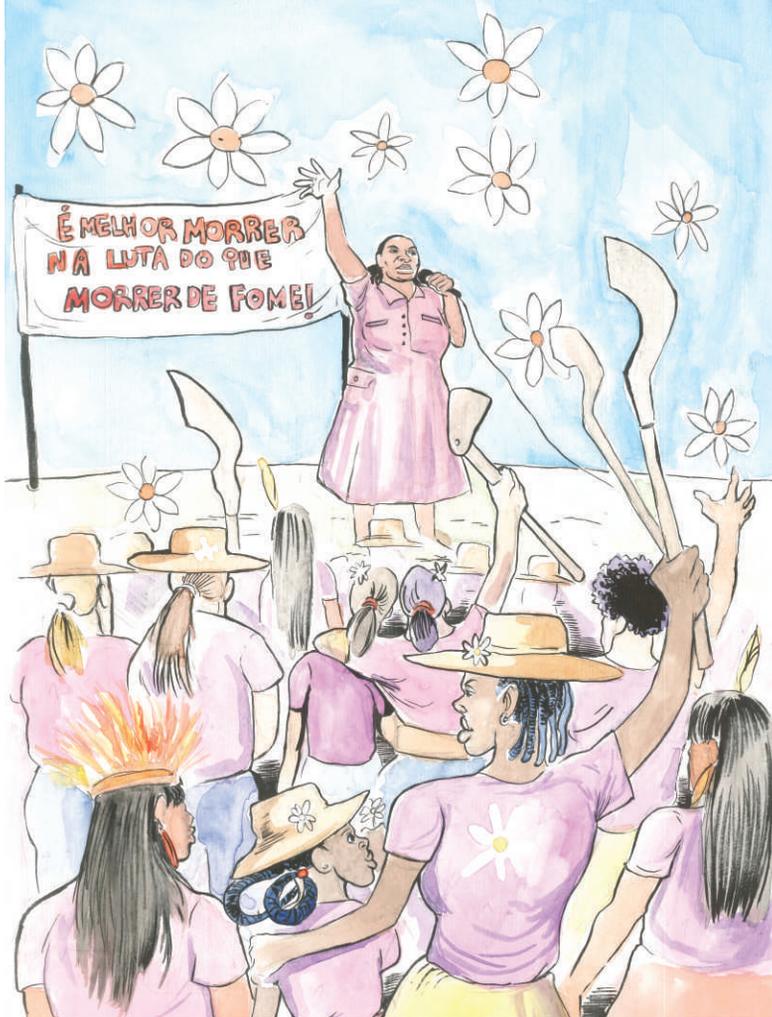
KUJAWA, Henrique Aniceto. Conflitos envolvendo indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul: dilemas de políticas públicas contraditórias. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 51, n. 1, p. 72-82, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2015.51.1.08/4601>.

MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflitos e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. STÉDILE, J. P. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-71.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena (1970-1990)*. Coleção Educação em Foco. São Paulo: Paulinas, 2012.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de A. Memórias da repressão: Pernambuco 1964–1965. In: MONTENEGRO, Antônio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria P. (orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 157-175.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de A. Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do engenho Galiléia e as Ligas Camponesas (1959-1964). *Perseu*, n. 1, ano 1, 2007.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de A. *De pétalas e pedras: a trajetória política de Francisco Julião*. 2013. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- PUREZA, José. *Memória camponesa*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 57-58.
- RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira *et al.* *História e cultura afro-brasileira e africana na escola*. Brasília: Àgere Cooperação em Advocacy, 2008.
- SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 1964. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C. F. Violência, repressão e resistências camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 18, n. 2, p. 19-37, 2015. <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/196>>.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VAN HAM, Antônia Maria *et al.* (orgs.). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – Deixemos o povo falar*. João Pessoa: Ideia, 2006.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ZELIC, Marcelo. Entrevista sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos. *Mediações*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 347-365, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/ahvCSyX>>.



Homenagem a Margarida Alves. Ilustração de Alessandro Barcelos Flores

Margarida Maria Alves era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (Paraíba) e foi assassinada em agosto de 1983, a mando de grandes proprietários da região. Seu legado de lutas é celebrado na Marcha das Margaridas, uma mobilização que reúne a cada quatro anos milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas para reivindicar a igualdade de direitos e o fim da dominação e da exploração.



Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ISBN 978-65-86578-74-4



9 786586 578744